

ATA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 10/09/2012

Iniciada às 15H00 e encerrada às 18H30

Aprovada em 8/10/2012 e publicitada através do Edital n.º 135/2012

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente
2. Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

- I. **APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**
 1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 6 de agosto de 2012
 2. Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de agosto de 2012
 3. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 27 de agosto de 2012
- II. **JURÍDICO E CONTENCIOSO**
 1. Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente (Lotes 5 e 7) - minuta do contrato – ratificação
 2. Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente Lotes 6 e 8) - minuta do contrato – ratificação
- III. **APOIO ÀS FREGUESIAS**
 1. Protocolo de Delegação de Competências 2012 – conservação e reparação de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico
- IV. **DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**
 1. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2013
 2. Derrama do ano 2012 a liquidar e cobrar em 2013
 3. Parque Escolar, E.P.E. – isenção do imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis
- V. **FINANÇAS E PATRIMÓNIO**
 1. Situação Financeira
- VI. **ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**
 1. 1º Relatório de progresso de implementação do Plano Estratégico de Coimbra
- VII. **PLANEAMENTO TERRITORIAL**
 1. 1ª Alteração do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra (PPPTC)
 2. Encosta dos Malheiros - Estudo Urbanístico
- VIII. **GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA**
 1. Pedro Manuel Bernardes Lourenço – receção definitiva/libertação da caução – Arzila – Regts. n.ºs 34604/2012 e 31345/2012

2. Reabilitação do imóvel sito no Largo da Sé Velha nº 30 e Beco da Carqueja nº 3 para a instalação de berçário, infantário e creche – concurso público
 3. Isenção de IMI e IMT ao abrigo do artigo 45º do EBF:
 - a) Beco do Montarroio nºs 15 e 17
 - b) Beco do Montarroio nºs 16 e 18
 4. Despachos relativos ao Gabinete para o Centro Histórico proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão de maio e junho de 2012 – conhecimento
- IX. OBRAS E INFRAESTRUTURAS**
1. Requalificação da Rede Viária do Concelho – Plano de Tapetes 2011 – receção provisória parcial / suspensão parcial dos trabalhos
 2. Centro Escolar do Loreto (Eiras) – ampliação – esclarecimentos e retificações das peças de procedimento – ratificação
- X. HABITAÇÃO**
1. Habitação sita na Rua dos Combatentes, nº 80-1º - Helena da Piedade Dias - posse administrativa
 2. Venda da habitação municipal do Bairro da Fonte do Castanheiro, sita na Rua do Mondego nº 14 (lote 65)
 3. Ladeira de Santa Justa, nºs 12 – 14 – execução de obras
 4. Vistoria no âmbito dos processos de reabilitação de edifícios – maio, junho e julho – 2012 – ratificação
 5. Despachos geradores de custos financeiros exarados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós – maio e agosto – 2012 - conhecimento
- XI. DESPORTO E JUVENTUDE**
1. Academia de Basquetebol – ação de divulgação da modalidade – ocupação de espaço público – isenção de taxas
 2. Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra – Torneio de Veteranos de Rugby - apoio
- XII. CULTURA**
1. Associação Recreativa e Musical de Ceira – transporte
- XIII. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES DE COIMBRA**
1. Aquisição de serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – concurso público nº CP/1248/2012
- XIV. ASSUNTOS DIVERSOS**
1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2012 a liquidar e cobrar em 2013
 2. Alteração da geometria do cruzamento da Av. Urbano Duarte/Rua do Brasil/Ladeira do Seminário – solução final
 3. Projeto AIPEC – Acompanhamento Individualizado do Percurso Escolar das Crianças do Planalto do Ingote – acordo de cooperação
- XV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Luís Nuno Ranito da Costa Providência
José António Pinto Belo
Álvaro Jorge Maia Seco
António Manuel Vilhena
João Pedro Fernandes Trovão
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Ana Paula Albuquerque, Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos e Serviços Municipais, coadjuvada por Patrícia Silveira, Técnica Superior.

Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco e Carlos Manuel Dias Cidade, tendo o Executivo deliberado justificar as respetivas faltas.

O Sr. Vereador Paulo Leitão entrou no decorrer da reunião como então se fará referência.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Situação política nacional

O Sr. Vereador disse que gostaria de falar dum tema que, sendo de âmbito nacional, tem um grande impacto regional e que faz todo o sentido ser debatido nesta Câmara uma vez que a mesma é constituída, e bem segundo o seu ponto de vista, por vários partidos políticos. Assim, partilhou a sua enorme preocupação pelo rumo que o País está a tomar e disse que aquilo a que se assistiu na passada sexta-feira, com o anúncio de mais medidas de austeridade que vão atingir amplamente a população portuguesa, não podem deixar ninguém indiferente. Considera que o limite do suportável já foi ultrapassado como se verifica pelo facto de existirem, em Portugal, dois milhões de pobres e poderiam ser muitos mais se não existissem algumas prestações sociais, o que no século XXI, num País da União Europeia, não pode deixar de ser chocante. Mas teme que estes números possam ainda aumentar uma vez que um cada vez maior número de setores da sociedade portuguesa vai sendo atingido, pela negativa, com estas medidas, estando a surgir uma nova pobreza, que não pode ser ignorada, com a classe média a chegar ao limite da sua capacidade de resistência. Pelas funções que exerce convive diariamente com pessoas a passar fome, com pessoas que deixaram de tomar os medicamentos de que necessitavam, com pessoas sem dinheiro para que os filhos possam continuar a estudar, enfim de pessoas que estão a atravessar inúmeras dificuldades e a passar por situações dramáticas. Lamenta que algumas pessoas teimem em não querer ver esta realidade e que, mesmo quando a vejam, não consigam assumir perante os portugueses aquilo que se está a passar. Aliás, a situação é tão grave que os técnicos do Departamento de Habitação temem que as pessoas mais carenciadas comecem, de mote próprio, a ocupar casas devolutas ou abandonadas, preocupação que não pode deixar de partilhar também, uma vez que, efetivamente, temos esta característica de existirem muitas casas vazias e muitas pessoas sem casa. Não pode, por tudo isto, calar a sua indignação e denunciar a irresponsabilidade de quem pede aos portugueses sacrifícios a que estes já não estão em condições de corresponder.

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco

1. Fábrica Innovnano

O Sr. Vereador congratulou-se, em seu nome pessoal e em nome do Partido Socialista, pela inauguração da fábrica Innovnano no IParque que, tendo sido aprovada ainda no anterior Governo, resulta das políticas de apoio à indústria que então estavam definidas. Contudo, e sendo a instalação desta empresa uma boa notícia, não pode deixar de referir que é, ainda, muito pouco para o IParque e acontece muito tarde. Lamentou o facto dum investimento daquela natureza se encontrar completamente vazio e não estar a ser rentabilizado da forma que merecia e devia. Por outro lado, fica também preocupado pelo facto da Câmara Municipal, pelo menos aparentemente, demonstrar que não tem ideias para dinamizar aquele espaço, pelo que eventualmente faria sentido começar a pensar na possibilidade de fazer concessões por períodos mais ou menos longos, a custo zero, mas contratualizados com as empresas, com garantias reais de criação de emprego a curto prazo. Ainda sobre esta matéria disse que gostaria muito de conhecer qual a estratégia da autarquia para rentabilização e dinamização da instalação de empresas em Coimbra e de aproveitamento do IParque.

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O Sr. Vereador disse ter sido surpreendido durante o fim-de-semana com a proposta apresentada pela Câmara Municipal relativamente ao IMI em que se sugere uma diminuição de uma centésima na taxa para os prédios avaliados, apesar das receitas que a autarquia obtém com este imposto continuarem a subir, anualmente, cerca de 10% e, apesar de ainda não existirem dados definitivos relativos a 2012, verifica-se a mesma tendência no primeiro semestre deste ano como, aliás, os Vereadores do Partido Socialista tinham previsto no momento de discussão das taxa para este ano. É certo que uma centésima na taxa do IMI representa uma descida de cerca de 2,5% nessa taxa mas, continuou, 2,5% numa altura em que as reavaliações de todos os imóveis se encontra a decorrer, resultará num continuado aumento das receitas na ordem dos 10%. Ora, considera esta situação verdadeiramente inaceitável, tanto mais quando teve conhecimento dela depois de ter ouvido, na passada sexta-feira, o Sr. Primeiro Ministro a anunciar mais medidas de austeridade naquilo que classificou como um desastroso discurso e confirmou aquilo que já pensava deste Governo e que é o facto do ódio de morte que tem relativamente a todos os servidores públicos. Tem, ainda, alguma curiosidade em saber como é que o Sr. Presidente e os restantes Vereadores que representam esta maioria se sentem quando confrontados com a notícia que 6.000 professores contratados perderam o seu emprego no final do mês de agosto sem

que, todos devem estar recordados, não receberam o subsídio de férias a que teriam direito, tal como os restantes servidores do Estado, com o argumento de que, por serem funcionários públicos, tinham o seu emprego garantido e tinham uma estabilidade profissional superior aos dos trabalhadores do setor privado. Ora, como se viu, não tinham nenhuma garantia de emprego para o futuro pelo que foram duplamente penalizados. Portanto. A questão não tem a ver com a maior ou menor garantia de emprego mas com o ódio específico que o Governo manifesta para com os servidores do Estado. E é de tal ordem que na passada sexta-feira os funcionários públicos ficaram a perceber que iriam perder de forma definitiva um dos seus salários sem qualquer tipo de explicação ou justificação. Mas, disse, ficou também a perceber que o ódio não é apenas em relação aos servidores públicos mas, basicamente, no que concerne a todos os trabalhadores por conta de outrem uma vez que o aumento dos 7% para a segurança social, com a transferência desse benefício para as empresas, demonstra-se que esta Governo considera que na relação de importância entre trabalhadores e o capital há que penalizar os trabalhadores em favor do capital. Aliás, seria interessante saber o que irá acontecer aos preços do gás, da eletricidade e da gasolina em resultado deste abaixamento. Será que esta poupança que se está a oferecer à EDP é só para aumentar os lucros da empresa, perguntou. Disse que tem dúvidas relativamente a isto e para que o processo fosse claro já deveria ter sido anunciado que nos preços regulados, pelo menos nesses, se iria verificar uma redução automática e correspondente do tarifário. São por todas estas razões que não consegue compreender esta proposta relativamente ao IMI, de uma descida de uma centésima, como se isso bastasse para que a promessa feita pelo Sr. Presidente de descida do IMI fosse cumprida. Ora, na prática, o que vai acontecer é que se vai registar um aumento deste imposto face a uma redução miserável da sua taxa. Esta é, portanto, uma medida inaceitável para o Partido Socialista que não consegue aceitar este aumento da receita do IMI de mais de 10%. Aliás, já o ano passado, aquando deste discussão, alegou que com a manutenção da referida taxa se iriam verificar aumentos da receita do imposto na ordem dos 10%, o que se veio a confirmar, apesar de na altura o Executivo camarário ter argumentado que isso não iria acontecer e que era uma extrapolação sem fundamento. Prova-se, agora, que tinha razão, pelo que volta a fazer a mesma previsão relativamente ao IMI de 2012 a cobrar em 2013 o que considera perfeitamente inaceitável. Assim, afirmou que tudo o que não seja uma redução na ordem dos 0,25% na taxa do IMI, como aliás já tinha sido proposto pelo PS no ano passado, não será votado favoravelmente pelo Partido Socialista.

3. Metro Mondego

O Sr. Vereador confessou que apesar de ter tentado, durante a última semana, obter informações junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Relatório Técnico da Comissão não conseguiu nenhuma resposta, o que, frisou, aconteceu pela primeira vez já que nunca o Sr. Presidente deixou de ter a amabilidade de lhe responder sempre que é interpelado. Mas, disse, a ausência de resposta é, no seu entender, uma resposta negativa o que vem na sequência do pécadilho que se viveu na passada sexta-feira, ou seja, o Sr. Primeiro-ministro veio apresentar uma série de medidas de política sem precisar quais as justificações técnicas que levaram à tomada de decisão das mesmas. Ora, aqui aconteceu a mesma coisa. Na verdade, o Sr. Vereador foi tomando conhecimento, de forma faseada e selecionada, de algumas das propostas, como é o caso da afetação dos 15 milhões de euros ao PMO e que os investimentos, a existirem, só acontecerão para 2017, sem, contudo conseguir aceder aos estudos técnicos que suportam esta proposta. E não consegue compreender esta situação já que não pode aceitar que o Conselho de Administração quer da CP, quer da REFER tenham acesso ao relatório, que os Presidentes das Câmaras Municipais envolvidas tenham acesso ao documento, e que o mesmo seja negado aos Vereadores da Câmara Municipal de Coimbra, legítimos representantes da população do concelho. Esta ocultação transmite a mensagem de que se está a tentar esconder alguma coisa e desconfiança relativamente ao conteúdo do relatório. Ainda assim, gostaria de comentar algumas das soluções que foram adotadas, desde logo a opção pelo PMO que registou a oposição dos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais da Lousã e de Miranda do Corvo. Relembrou que teve a oportunidade de defender publicamente a sua posição relativamente a esta matéria o que, inclusivamente, levou a interpretações abusivas por parte do Sr. Vereador José Belo, e que passava pela ideia de que essas verbas do QREN, a serem gastas, deviam ser disponibilizadas de acordo com dois critérios, um critério de simbolismo e um de operacionalização antecipada o mais possível de investimento já feito. Ora, à luz destes dois critérios esta opção pela PMO não faz sentido, só tendo alguma importância à luz duma terceira opção e que tem a ver com a necessidade de fazer do investimento algo de produtivo. Portanto, e se não se pode fazer um investimento que tenha imediata utilidade, então não vê razão para não apoiar a posição dos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Miranda do Corvo e da Lousã que entendem que os 15 milhões de euros possam ser utilizados em investimento infraestrutural, nomeadamente com a colocação dos carris na linha. Do ponto de vista simbólico seria, sem sombra de dúvidas, muito mais interessante que a construção dum PMO, que mais não é que um pequeno edifício fabril que irá ficar completamente vazio na zona de Sobral de Ceira. E, alertou, esta posição está de acordo com aquilo que sempre defendeu uma vez que se não se consegue mobilizar mais que os 15 milhões de euros, que não permitem fazer nada de útil no imediato, pelo que ganha especial importância o fator simbolismo do investimento. Por outro lado, reafirmou veementemente que se o relatório não prevê a operacionalização do serviço antes de 2017 não tem, do seu ponto de vista, nenhuma credibilidade. Isto porque, disse, esta legislatura termina antes disso e, portanto, tudo o que seja o assumir de medidas para lá desse prazo não têm qualquer razoabilidade. Finalmente, o Sr. Vereador disse que continuava a considerar incompreensível e desautorizante a não nomeação do Presidente da Metro Mondego que, como todos reconhecem, é natural que venha a ser o Sr. Eng. João Rebelo. Contudo, disse, não se compreende esta demora nem o argumento de que se está à espera do parecer da Comissão de Lisboa porque, argumentou, ainda há muito pouco

tempo se verificou a demissão do Conselho de Administração da RPT e em menos de uma semana tudo ficou resolvido. Portanto, e como se vê, é uma questão de prioridades e de vontade política e não por falta de tempo. É, nitidamente, apenas porque o Governo tem interesse em atrasar todos os processos de decisão e, cada dia que passa, é mais um passo no caminho da desautorização e descredibilização do Sr. Eng. João Rebelo que anda para ser nomeado há mais de 6 meses. Presidente da Metro Mondego. Considera que chegou a altura da Câmara Municipal de Coimbra tomar uma posição sobre esta matéria e impor a sua vontade.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Refeições escolares

O Sr. Vereador perguntou ao Sr. Presidente se na reunião de hoje já se encontrava em condições de informar em que local irão ser confeccionadas as refeições escolares.

2. Diretora do Departamento Financeiro – cessação de funções

O Sr. Vereador leu o seguinte documento relativamente à cessação de funções da Dra. Alice Dias, Diretora do Departamento Financeiro:

“A Dr^a Alice Dias cessou funções muito antes da sua comissão de serviço ter terminado. Ao longo de 22 meses em que exerceu funções como diretora do Departamento de Finanças do Património (DFP) da Câmara foi reconhecidamente dedicada e inovadora. Trouxe uma cultura de partilha e de motivação. A prova foi o almoço de solidariedade e de reconhecimento que promoveram recentemente aqueles que com a senhora Dr^a Alice Dias trabalharam e se cruzaram durante o exercício das suas funções.

Compreende-se que no âmbito da reestruturação orgânica o Senhor Presidente escolha aqueles em quem mais confia. A Dr^a Alice Dias não faz parte desses eleitos e, por isso, viu rescindida sua comissão de serviço, que só terminaria daqui a 15 meses. Neste caso a Câmara Municipal de Coimbra honra os seus compromissos indemnizando a senhora. É caso para perguntar: É um bom ato de gestão?

Deseja-se à Dr^a Alice Dias dias melhores no seu regresso à Universidade de Coimbra.

E porque o seu desempenho e competência são inquestionáveis, este Executivo deve reconhecer, a bem da memória e da gratidão, que a Dr. Alice Dias é merecedora de um voto de louvor.

Proponho por isso que este Executivo o vote este louvor inequivocamente.”

3. Empresa de Turismo de Coimbra

O Sr. Vereador lembrou que entrou, no passado dia 1 de setembro, em vigor a Lei 50/2012, que regula a atividade empresarial local e que obrigará à extinção da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra no prazo de 6 meses, ou seja até 28 de fevereiro de 2013, já que esta é abrangida pelo artigo 62º do referido diploma legal. Disse, ainda, que o Partido Socialista sempre defendeu nesta Câmara esta solução e a integração da empresa na Entidade Regional de Turismo. Assim, é importante que o Partido Socialista reafirme nesta reunião aquela que sempre foi a sua posição sobre esta matéria. Na verdade, com a legislação que agora entra em vigor não mais se pode omitir que a Empresa Municipal de Turismo é uma empresa deficitária que vive à custa apenas da transferência de verbas por parte da Autarquia. Ainda, assim, o Partido Socialista defende que os funcionários que atualmente prestam serviço na empresa devem ser integrados na Câmara Municipal de Coimbra.

4. Regulação de trânsito em volta do 1º Jardim Escola João de Deus.

Sobre este assunto o Sr. Vereador disse o seguinte:

“Quando o mês de Agosto se abeirava do fim, o zelo de quem manda atravessou a canícula para erguer a obra do regime. Conhecem-se muitos exemplos em que quem manda pode mandar fazer, pode mandar, mesmo que mande mal, mesmo que seja contra o interesse dos cidadãos, mesmo que não sirva para nada, mesmo que seja para mostrar obra, mesmo que exalte os espíritos serenos, mesmo seja para qualquer coisa desde que se gaste dinheiro.

Não sei se foi com estas premissas que mandaram colocar “pines” em redor do 1º Jardim-Escola João de Deus. Quem conhece aquele quarteirão sabe que tem especificidades que resultam de estudarem ali quase 400 crianças, de trabalharem nessa instituição mais de meia centena de trabalhadores e de durante 2 períodos do dia existir um tráfego médio de mil viaturas. Pelas condicionantes envolventes os pais e encarregados de educação não têm alternativas que não sejam levarem os filhos nas suas próprias viaturas. Com a colocação de “pines” têm que ocupar temporariamente a via, com todas as consequências para o fluxo de trânsito naquela zona, onde existem o Hospital Militar, a ARS e o Jardim Botânico. Quem pensou nesta solução deve ter pensado muito, deve ter gasto os neurónios durante o mês de Agosto para no final deitar mãos à obra, com o beneplácito de quem manda, claro.

A consequência é para já catastrófica. Hoje, 11 de Setembro de 2012, foi o primeiro dia de escola e o caos e o descontentamento foram bem visíveis. A revolta só é comparável contra as medidas do primeiro-ministro. Corre um abaixo-assinado contra esta medida onde se apela ao Senho Presidente da Câmara que reconheça o grave erro desta decisão.

Há um excesso de zelo manifesto nesta situação, que não se quer acreditar que possa ter outras interpretações.

Mas há perguntas que se impõem:

Onde estão os estudos que levaram a esta tomada de decisão?

Quero vê-los Senhor Presidente. Importa-se de os pedir?

Onde estacionam as camionetas quando vão buscar os meninos, uma vez que não conseguem passar em volta do quarteirão?

É a Câmara responsável por qualquer acidente que ocorra nestas circunstâncias?

Porque não puseram os “pines” ao longo da Alameda?

Porque não puseram os “pines” em frente à ARS?

O zelo é tanto que a própria polícia municipal andou esta semana a distribuir papelinhos onde informa que “o estacionamento naquele local é apenas permitido para a tomada e largada de passageiros”. Como as crianças não são mercadoria, a tolerância parece ser menor. Só que no sítio a que se destina esta informação cabem apenas 10 carros, número insignificante comparando com a média de 400 carros em hora e meia. Feitas as contas dava qualquer coisa como 5 carros por minuto, sem pararem. Mas tendo em conta que para deixar uma criança na escola são necessários, pelo menos, de 5 a 10 minutos, estamos a falar de uma solução absurda, só real na visão de alguém que não conhece a sua cidade e muito menos aquele local.

Este é o exemplo de como não se deve gerir uma cidade. Quem decide nos gabinetes e tem os olhos vendados à realidade decide mal, contra as pessoas e agravando os seus problemas.

Haja paciente Senhor Presidente!

Penso que esta maioria está no bom caminho para perder as próximas eleições autárquicas.”

De seguida o Sr. Vereador leu o documento que foi distribuído pela Policia Municipal e que diz o seguinte:

“Sr. Condutor/Sra. Condutora

Informamos que o estacionamento neste local para a tomada e largada de passageiros. Ao estacionar indevidamente incorre na penalização prevista na legislação em vigor.”

Quanto tempo é que está previsto para a “tomada e largada” de passageiros, questionou o Sr. Vereador.

Disse, ainda, que desde sempre questionou e criticou a ação da Polícia Municipal. Não o pode calar agora que tem este fórum para dizer aquilo que pensa. Para além disso considera que a colocação daqueles “pines” provocou um dispêndio de dinheiro incompreensível já que se verifica naquela local uma autorregulação normal e natural que os pais tinham o cuidado de respeitar.

5. Major General Augusto José Monteiro Valente – voto de pesar

O Sr. Vereador disse que faleceu recentemente o Major General do Exército Augusto José Monteiro Valente. Era um homem digno, um intelectual de estirpe rara, frequentador de bibliotecas e de centros de investigação. Foi, também um militar de Abril, um homem responsável que deu voz e corpo às balas para a Revolução de 25 de abril de 1974. Foi um combatente pela liberdade, um homem de bons costumes. Por isso, o Sr. Vereador gostaria que esta Câmara hoje aprovasse um voto de pesar pelo falecimento deste General. Disse, ainda, que no seu entender a sua morte, nas vésperas do discurso do Sr. Primeiro-ministro ao País, tem uma forte carga simbólica. Na verdade, o discurso do Dr. Pedro Passos Coelho está muito bem resumido na intervenção do Dr. Marcelo Rebelo de Sousa: “O homem não estava preparado para ser Primeiro-ministro.” Mais, a própria JSD fez sair um comunicado onde pedia ao Governo equidade. Isto demonstra, de facto, que o Governo tem a maioria parlamentar mas já não tem, seguramente, a maioria do País, pelo que a legitimidade com que neste momento se governa é uma legitimidade mitigada. Daí que faça questão de ler nesta reunião o seguinte manifesto:

6. Situação económico-financeira de Portugal

“Manifesto com intenção.

Digo-te sem muito jeito. Há um país amordaçado pela incompetência. Os ministros divertem-se a rebentar bolinhas de sabão, a gargalharem, a esconderem-se atrás dos vidros escuros das “suas” limusines.

Prometeu avisou Epimeteu para não abrir a Caixa de Pandora.

Em vão! O resultado é uma anorexia nacional, um distúrbio de emagrecimento com graves consequências para as famílias portuguesas.

A democracia não legitima a fraude, nem o embuste, nem pode silenciar a indignação, nem pode ignorar que a sua essência é a dialética que agita a mudança. Digo-te sem muito jeito. É urgente sair à rua, onde se respira, onde se pode acreditar no horizonte. A rua é um espaço público de liberdade, é a “Ágora” do pensamento livre, que envolve os que se procuram quando a solidariedade junta os que se sentem ofendidos. A dignidade está acima das leis, ignora os tiranetes

com vestes de salão e os verdugos sem escrúpulos. A mentira, com presunção de estado não é menos ignóbil que uma morte assassina.

Digo-te sem muito jeito. Ou o povo impõe a sua voz, ou a voz do povo consente o desalinho deste coro de meninos e meninas que teimam em dar música a quem tem rugas na alma e reformas de miséria. Um povo que correu com os invasores espanhóis, que combateu Napoleão, tem de ser capaz de muito mais.

Esta é a tormenta sem tréguas contra um governo incompetente e ultrajante para Portugal. Esta é a pior governação desde o 25 de Abril de 1974.

Digo-te sem muito jeito. Podes ajudar Portugal como os teus antepassados fizeram aquando da restauração, em 1640. Viva Portugal.”

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Situação económico-financeira de Portugal

O Sr. Vereador disse que ao ouvir esta intervenção do Sr. Vereador António Vilhena não conseguiu deixar de pensar no Governo do Eng. José Sócrates porque é preciso não esquecer quem foi ou foram os responsáveis pelo estado a que o País e os Portugueses chegaram.

2. Empresa de Turismo de Coimbra

Relativamente a este assunto o Sr. Vereador disse ter encontrado alguns equívocos na posição do Partido Socialista sobre esta matéria. Na verdade, quando se fala de estruturas endividadas, com quadros de pessoal e custos muito elevados, frota automóvel e ajudas de custos pagos pelo Estado, mais parece que se está a fazer referência às entidades regionais do que à Turismo de Coimbra. Por outro lado importa esclarecer que a extinção da Empresa Municipal de Turismo, que ocorrerá até fevereiro do próximo ano, prende-se, fundamentalmente, com razões diversas daquelas que foram sendo invocadas pelos vereadores do Partido Socialista uma vez que a empresa apresentou, no último ano, resultados positivos e, muito provavelmente, este ano irá apresentar, novamente, um saldo favorável. Os motivos desta decisão são diferentes e baseiam-se no facto de não se querer ter tido abrir exceções para uma empresa que se dedica à promoção e que não é exclusivamente comercial. Agora é preciso ter a noção de que eventualmente a autarquia irá gastar mais dinheiro com uma Divisão de Turismo do que aquilo que gastava coma a empresa municipal que, nos anos de 2011 e 2012, teve os orçamentos mais baixos desde que existe enquanto empresa. No que concerne há questão dos recursos humanos o Sr. Vereador disse que estava completamente à vontade uma vez que as medidas que tem tomado nas áreas pelas quais é responsável são reveladoras de boa prática e de boa gestão. Na verdade, desde 2006 que tem vindo a reduzir os recursos humanos dos setores que lhe competem numa percentagem superior aquela que o Sr. Secretário de Estado responsável pela extinção da Empresa Municipal de Turismo apontava como necessária. Aliás, a redução de pessoal que levou a efeito nos pelouros que estão sob a sua responsabilidade levaram a uma poupança, só este ano, na ordem dos 2 milhões de euros, sem recurso ao despedimento de funcionários. Por outro lado, entende que a Lei deve ser compreendida em toda a sua extensão, e aquilo que o diploma diz em matéria de recursos humanos é que só devem transitar da empresa para a autarquia os funcionários considerados imprescindíveis e cujo tipo de funções assim o justifique. E, que não restem dúvidas, que o Sr. Vereador tenciona cumprir a Lei na sua plenitude e tem já alguma ideia de quem será útil à Câmara Municipal e de quem não o será. É doloroso para todos, obviamente, mas terão de ser demitidas algumas pessoas. Esse assunto, contudo, poderá ser mais aprofundado quando vier a discussão da Câmara Municipal a proposta para extinção da empresa. Mas, não pode deixar de reiterar que não consegue compreender quais os benefícios que se irão ter com esta medida e o tempo se encarregará de demonstrar quem tinha e quem não tinha razão. Até porque tem a convicção que geriu melhor com menos e que esta administração fez um trabalho meritório que merece ser elogiado.

3. Secção de Xadrez da Académica

O Sr. Vereador deu os parabéns à Secção de Xadrez da Académica que, no final do mês de julho e ao fim de 54 anos de existência, se sagrou pela 1ª vez Campeã Nacional.

Intervenção do Sr. Vereador João Pedro Trovão

1. Situação económico-financeira de Portugal

O Sr. Vereador disse que o discurso de que o país está de tanga já vem do tempo do Dr. Durão Barroso e há muito que não convence os portugueses. A desculpa de que este Governo encontrou o país em pior estado do que pensava há um ano atrás caducou porque, passado um ano e aplicadas as suas próprias medidas, estamos pior e já não há paciência para aceitar novas medidas de austeridade. Estamos muito para além do memorandum acordado com a Troika, frisou.

2. Unidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos de Vil de Matos

Aparentemente, a situação de descarga indevida está resolvida. A ERSUC assumiu as suas responsabilidades, no entanto, subsistem um conjunto de preocupações levantadas, nomeadamente, pelo seu colega de bancada, Vereador Carlos Cidade. É o caso da circulação a alta velocidade no interior das povoações de Vendas de Santana, Rios Frios, Vil de Matos.

Relativamente à lavagem dos contentores do lixo, disse que neste caso a pressa é inimiga da qualidade e nem sempre a operação é feita da melhor maneira. Há um conjunto de resíduos e águas sujas que vão sendo largadas sobre a via pública com gorduras e óleos que, com o passar do tempo e com o calor, acabam por deixar um mau cheiro constante nas aldeias. Amontoam-se também vários sacos plásticos que voam, à passagem dos camiões. Ou seja, há um conjunto de problemas advenientes da Unidade de Tratamento que têm de ser resolvidos mas dos quais está certo que o Sr. Presidente está informado, uma vez que aquando da entrada em funcionamento da Unidade foi nomeada uma comissão de acompanhamento que deverá relatar o que ali se passa. Apelou a que se minimize o mais possível o impacto da Unidade de Tratamento na freguesia de Vil de Matos e a que o Sr. Presidente zele pelos interesses do nosso concelho, já que os concelhos vizinhos foram “empurrando” para Coimbra esta solução. Ainda que catalogada como uma boa solução, ninguém gosta de a ter ao pé de casa.

3. SMTUC

Congratulou-se pelo facto de a administração dos SMTUC finalmente, e após muita insistência dos trabalhadores, ter decidido resolver o problema das escalas de serviço e suas rendições. Um serviço municipalizado de transportes com qualidade é muito necessário numa cidade e naturalmente que só pode ser conseguido com harmonia e confiança mútua entre os trabalhadores e a administração. Sem diálogo não há soluções e isso reflete-se na qualidade do serviço prestado à cidade.

Quanto a um suposto estudo sobre a eventual passagem dos serviços municipalizados para empresa municipal, considera que o assunto é demasiado sério e a forma escolhida para o abordar é um mau início. Numa altura em que há uma nova lei bastante clara sobre as empresas municipais, julga prudente ponderar muito bem antes de se avançar com uma qualquer solução.

4. Política desportiva

No passado, um pouco por todo o concelho, foram construídos polidesportivos cobertos e pavilhões desportivos, com esforço das populações locais, que ajudaram com mão-de-obra e donativos. Algumas destas associações tiveram gestões/lideranças menos boas mas considera que a CMC tem de saber distinguir positivamente quem está a fazer um bom trabalho, quem funciona como elo agregador e dinamizador da prática desportiva e do associativismo nas suas freguesias.

E referiu-se concretamente à União Desportiva e Recreativa de Cernache, que se depara agora com um problema: tem um pavilhão com infiltrações graves e o piso em mau estado. A direção não pede apoio direto para resolver o problema mas sim um apoio técnico e de consultadoria, até porque relativamente à questão do piso é notório que o serviço foi mal executado desde o início e quem dirige as coletividades nem sempre tem formação adequada para acompanhar uma obra. Assim, o Sr. Vereador está certo que os serviços da CMC têm condições para facultar este apoio.

Intervenção do Sr. Vereador José Belo

1. Programa Erasmus comemora 25 anos

Relativamente ao assunto supra identificado o Sr. Vereador José Belo proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve:

“Em 1986 Portugal entrou para a U.E., melhor dizendo Comunidade Europeia. Para nós, neste Cantinho, a Comunidade era algo de difuso. Tinha 12 países. E aos poucos foi-nos entrando em casa, através da Escola onde os professores persistiam em mandar pintar a Europa com os respetivos países da Comunidade. Depois para ajudar vieram os “Jogos Sem Fronteiras”, e mais tarde o Programa Erasmus. Com ele, aprendemos a saltar as barreiras da história e da geografia. E a pôr a alma e algum afeto nessa Europa que ainda parece ter medo da opinião dos seus cidadãos. Foi o Programa, de quem é justo vincar a Excelência dos seus efeitos, que criou uma moldura de algum sucesso argamassada pelo entusiasmo e pela mobilidade dos nossos jovens estudantes. Este programa permite que haja diversas abordagens de acordo com as diferentes características dos seus estudantes e dos países de acolhimento. É de facto um Programa bem-sucedido, de mão cheia, sendo que muitos o consideram o maior e mais bem-sucedido programa de financiamento para o intercâmbio estudantil de curto prazo em todo o mundo. Este Programa comemora 25 anos em 2012, este ano, portanto, com um saldo fantástico: abriu milhares de perspetivas de emprego e de outros mercados de trabalho dados aos estudantes. Com ele aproveitam os nossos jovens, os jovens da Europa, mas também as nossas Universidades que vêm a sua dimensão internacional a crescer. Coimbra tem sabido, como poucas Universidades, participar neste Projeto Europeu. É por isso um projeto que não pode ficar só nos muros das universidades. A Cidade e a Região também colhem benefícios económicos, sociais, culturais e de divulgação de imagem. São parceiras nesta caminhada. Coimbra

tem sabido estar à altura do desafio. Aliás quando abordei esta situação com o Sr. Presidente e a Sr.^a Vice-presidente, que são personalidades com uma fina sensibilidade para as questões de interculturalidade, ambos me evidenciaram o que se tem feito e a vontade de aprofundar o envolvimento da Câmara Municipal de Coimbra neste Programa Erasmus. Aliás, a agenda cultural da cidade tem um conjunto de iniciativas que servirão para ajudar à integração desses estudantes e através dela criar uma grande cumplicidade com a nossa cidade, a região e o país. Nascido em 1987, já permitiu a oportunidade de intercâmbio a três milhões de universitários espalhados por vários países. E se as palavras não mudam as realidades, se os contactos e novas abordagens não fazem andar o mundo, ajudam a reflectir e a pensar e sobretudo a tomar consciência da diferença. E isso, sim, pode mudar a realidade cinzenta que se vive nesta encruzilhada da Europa que está partida, fragilizada, com adiamentos e grandes dúvidas. Nela, o Erasmus é o exemplo do melhor que tem a Europa, quando se olha para os seus 25 anos de vida. Não sei como entram os jovens nos programas, mas todos sabemos como saem: mais abertos, a falar mais idiomas, a pensar de outra maneira. Com uma visão generosa e solidária da Europa e do Mundo, a romper a velha ideia que a educação e a cultura não podem ser objeto das políticas comunitárias. Por isso o Erasmus deu um inegável contributo para que tudo corra bem. Assim outras áreas tivessem sabido seguir-lhe o exemplo. Neste processo uma palavra para os professores. Porque não se dá a mesma força ao intercâmbio dos professores? A eles pede-se também que não banalizem este fantástico programa, sendo tão exigentes com estes alunos como o são com os outros! É este compromisso de professores, alunos, Universidades, cidades e países com a riqueza e diversidade da Europa, que nos torna mais humanos, melhores seres humanos, mais ricos como cidadãos desta Europa que está a viver tempos difíceis, mas estimulantes para quem acredita que este projeto ainda não está esgotado”.

O Sr. **Vereador Luís Providência** convidou os presentes a visitarem amanhã, às 16h30, o Museu da Água, onde estará patente uma mostra de fotografias de Coimbra tiradas por alunos do Programa Erasmus, numa iniciativa da Divisão de Juventude da CMC.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** esclareceu, relativamente ao Erasmus de professores, que os docentes efetivamente se candidatam mas nem sempre chega o financiamento por parte do Ministério pelo que o Programa acaba por ficar sem efeito.

O Sr. **Vereador António Vilhena** lembrou também ao Sr. Vereador José Belo que este Governo “cortou” nas bolsas para Erasmus e alterou substancialmente as regras do jogo para os investigadores e bolseiros.

2. Incêndios

O Sr. Vereador disse que faria, agora, um ponto de situação sobre os incêndios ocorridos entre 1 de janeiro e 31 de agosto. Assim, registaram-se 164 ocorrências, sendo que 10 foram falsos alarmes. O total da área ardida foi de 9.2 hectares. Apenas foram registados, neste período, dois incêndios florestais com uma área superior a 1 hectare – em Torres do Mondego, em março, e em Rio de Galinhas, em julho. Infelizmente, surgiu na passada sexta-feira um incêndio em Almalaguês que chegou até ao concelho de Miranda do Corvo. O Sr. Vereador e o Sr. Presidente estiveram no local, onde constataram a difícil situação que se vivia. A mancha florestal destruída é de cerca de 40 hectares. O combate a este incêndio envolveu 80 viaturas e cerca de 300 bombeiros voluntários, logo na primeira hora. Esta rápida intervenção permitiu que um incêndio que tinha um enorme potencial de destruição pudesse ser controlado e, de certo modo, minimizados os seus efeitos. Nesse sentido, gostaria de deixar uma palavra de saudação, reconhecimento e gratidão aos sapadores de Coimbra, aos bombeiros voluntários de Coimbra e de Brasfemes e aos homens de todas as outras corporações (cerca de uma dezena de corporações, com 80 viaturas) que fizeram um maciço ataque a este incêndio. Houve, no decorrer do combate, um acidente a registar, do qual resultou a hospitalização de seis bombeiros sapadores que, felizmente, não ficaram feridos com muita gravidade.

E porque o assunto são os fogos, quis deixar uma palavra de solidariedade às gentes de Arganil, que enfrentaram um dantesco incêndio.

3. Banco de Livros de Coimbra

O Sr. Vereador congratulou-se com o sucesso que está a ter a iniciativa. Havia a ideia de se criar no Mercado Municipal um mercado de troca de livros pelo que, logo que teve conhecimento desta iniciativa, entendeu que não fazia sentido duplicar ações e contactou a responsável, Dra. Maria José Carrilho, que lhe disse que o atual espaço só está cedido até ao final de setembro. Assim, o Sr. Vereador informou-a da possibilidade de utilização de uma área no Mercado Municipal D. Pedro V para dar continuidade a esta meritória iniciativa, que para além de ter um enorme alcance social também se enquadra num dos objetivos do próprio mercado, que é o de trazer gente ao mercado, revitalizá-lo.

4. Discurso de Pedro Passos Coelho à Nação

Considerou que um discurso com tamanho impacto dificilmente poderia agradar a toda a gente. O Sr. Vereador também gostaria de ter ouvido algumas coisas que não ouviu, nomeadamente relativas à taxação do capital e a algumas exceções

que ainda se mantêm em empresas do Estado e que não se justificam. No entanto, o objetivo por detrás das palavras, ou seja, o esforço de tentar endireitar as contas públicas, é o mais importante. E o Partido Socialista não se pode demitir das suas responsabilidades e do que fez em anos anteriores. E exemplificou com as Parcerias Público-Privadas, as rendas obscenas da Galp Energia e aquilo que considera a loucura do ano de 2009, quando, com uma taxa de crescimento de 2,5% houve aumentos reais de salários na ordem dos 5% só porque era ano de eleições. Por isto e por muito mais, não admite que o PS fuja às suas responsabilidades.

Intervenção da Sra. Vice-presidente

1. Major General Augusto José Monteiro Valente – voto de pesar

A Sra. Vice-presidente partilhou com os presentes que o Sr. Major General Monteiro Valente, para além dos altos estudo que possuía enquanto militar, foi também seu aluno, porque fez a licenciatura em História na FLUC na década de 80, e era investigador do CEIS20. Foi, portanto, com grande consternação que recebeu a notícia do seu falecimento.

2. Cessação da Comissão de Serviço da Dra. Alice Dias

Agradeceu, em nome do Departamento de Cultura, a colaboração sempre muito responsável e eficiente que a Dra. Alice Dias prestou enquanto dirigiu o Departamento Financeiro da Autarquia.

3. Incêndios

Viveram-se, nos últimos dias, cenários verdadeiramente dantescos fruto dos vários incêndios que assolaram a região, pelo que importa enaltecer a dedicação incondicional e ilimitada nos nossos bombeiros. Deixou igualmente uma palavra de apreço ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador José Belo que, numa atitude de grande solidariedade e responsabilidade cívica, acompanharam durante horas os bombeiros e as populações, sobretudo neste último fim-de-semana.

4. Programação cultural em tempo de crise

A Sra. Vice-presidente disse que não podia deixar de elogiar a atitude fantástica que os agentes culturais do concelho de Coimbra têm tido perante a falta de verbas por parte da Autarquia para apoiá-los mais. Referiu-se concretamente às companhias de teatro, às associações de etnografia e folclore, às bandas filarmónicas, às associações de artes plásticas e à dança (que tem obtido importantes troféus internacionais nos últimos meses). Em vez de se limitarem a apresentar queixas ao Departamento de Cultura, não baixaram os braços e têm apresentado à Sra. Vice-presidente cada vez mais projetos inovadores, projetos de parceria, de divisão de custos, de mecenato, o que de certa forma mitiga consideravelmente os constrangimentos que sente quando quer fazer mais do que aquilo que efetivamente pode e que a cidade merece. Assim, os cidadãos de Coimbra, sobretudo os mais jovens, estão de parabéns pela atitude positiva.

5. Número 1 da revista para deficientes visuais

Congratulou-se com o lançamento do 1.º número da revista produzida no Serviço de Leitura para Deficientes Visuais da CMC, em áudio, braille e formato digital. A publicação é mensal, intitula-se Jardim da Sereia e não é exclusivamente dirigida a cegos, ao contrário do que se possa pensar. Pessoas que veem pouco, idosos ou qualquer pessoa com algum tipo de dificuldade visual ainda que não necessariamente cego poderá beneficiar desta revista, concluiu, acrescentando que a publicação, por ser pioneira, está a ser muito bem recebida.

O Sr. **Vereador António Vilhena** lembrou o Sr. Presidente um pedido do Partido Socialista para visitar o Centro de Congressos no próximo dia 15 e que ainda não obteve resposta, tendo o Sr. **Presidente** respondido que essa resposta seguiu hoje mesmo para o Sr. Vereador Carlos Cidade mas que reencaminharia igualmente para o Sr. Vereador António Vilhena, uma vez que o primeiro se encontra de férias.

Em resposta ao Sr. Vereador António Vilhena sobre a questão da confeção das refeições escolares, o Sr. **Vereador José Belo** informou que a Gertal utilizará as cozinhas da DREC, o que é positivo relativamente ao fator proximidade. Quanto à outra empresa, a Eurest, terá a sua cozinha na APPACDM, pelo que tem todas as razões para crer que, neste aspeto, as coisas correrão melhor este ano letivo.

O Sr. **Vereador António Vilhena** questionou se as cozinhas da DREC funcionam na sede, isto é, na própria Direção Regional, ao que o Sr. **Vereador José Belo** respondeu negativamente, explicando que a cozinha para o lote 1 funcionará na EB2,3 Alice Gouveia, para o lote 2 será na EB2,3 Eugénio de Castro, o lote 3 será confeccionado na EB2,3 Inês de Castro, o lote 4 na EB2,3 Martim de Freitas, o lote 6 na EB2,3 de S. Silvestre e o lote 8 na EB2,3 de Taveiro. O Sr. **Presidente** acrescentou que isto não significa que estas cozinhas se mantenham o ano inteiro, pode haver necessidade de alterar/ajustar às necessidades mas isso será sempre sujeito a autorização da Câmara.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Disse que deixaria a resposta a este assunto, suscitado pelo Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, para o respetivo ponto agendado, embora tenha pena que este já não vá ouvir a sua resposta por ter de se ausentar da reunião. Adiantou, no entanto, estar em completo desacordo com a intervenção do Sr. Vereador, como adiante explicará, até porque lhe custa ouvir alguém dizer que há uma pequena diminuição quando a CMC está à espera de ver o IMI diminuir em quase 1 milhão de euros, criticou.

2. Empresa Municipal de Turismo de Coimbra

Concordou e subscreveu na totalidade a intervenção do Sr. Vereador Luís Providência sobre este assunto, apenas insistindo num ponto que lhe parece pouco focado: há muito que, do discurso do Partido Socialista, se depreende que defendem que só há espaço para uma de duas coisas – ou a empresa municipal de turismo ou a Entidade Regional de Turismo do Centro. O Sr. Presidente disse que já tentou explicar várias vezes a vários membros do PS que uma coisa não tem nada a ver com a outra nem nunca teve. Há muitos municípios que estão integrados nas regiões de turismo e que têm empresas próprias de turismo porque entendem que devem prosseguir uma política própria municipal nesta área. Assim, nunca um organismo foi exclusivo do outro: podiam ter acontecido os dois, só um ou nenhum deles.

Quanto às consequências, o texto da Lei é conhecido há já algum tempo, foi até mencionado numa Assembleia Municipal. O Sr. Presidente está cada vez mais convencido de que a flexibilidade que uma empresa traz, sobretudo na promoção da cidade, se vai perder irremediavelmente em Coimbra. Exemplificou dizendo que a contratação de alguns artistas nacionais e estrangeiros para certo tipo de eventos necessita de uma flexibilidade de regras que não se coaduna com as exigências legais de um processo de despesa de uma Autarquia. A abertura de um procedimento para contratar determinado artista destrói, desde logo, um fator fundamental, que é o segredo. Saber três meses antes que se está a considerar apoiar um grande evento em Coimbra pode condenar, à partida, a realização. Está certo de que, sem empresa municipal de turismo, ninguém vai mais confiar a Coimbra certo tipo de eventos pelo que não aconselha ninguém a “deitar foguetes” pela morte da TC, Turismo de Coimbra, EM.

Quanto ao facto da empresa viver do orçamento municipal, considera normal e sempre assumiu isso. Se o turismo de Coimbra fosse promovido por uma divisão camarária também viveria do orçamento municipal, afirmou. Neste sentido, convidou o Partido Socialista a fazer uma reflexão completa sobre as consequências desta decisão governamental, que vai afetar negativamente Coimbra e outros municípios.

O Sr. Vereador António Vilhena disse que o Partido Socialista não coloca a questão “preto ou branco?” O problema é que a empresa municipal de turismo de Coimbra não tinha, na verdade, uma saúde financeira que justificasse a sua existência. A questão abordada pelo Sr. Presidente do segredo ser a alma do negócio é, na sua opinião, uma questão marginal.

O Sr. Vereador Luís Providência respondeu que tem uma ideia do que é saúde financeira para o Partido Socialista mas, de facto, ter o orçamento mais baixo de sempre e acabar com resultados positivos, como foi o caso da TC, não se deve enquadrar nesse conceito de saúde financeira do PS.

O Sr. Presidente rematou a discussão aconselhando, uma vez mais, os Srs. Vereadores do PS a, antes de se pronunciarem sobre esta questão, inteirarem-se da totalidade do que está em causa, ao que o Sr. Vereador António Vilhena refutou a crítica, afirmando que só porque têm opiniões diferentes não significa que não tenham feito o trabalho de casa. O Sr. Presidente respondeu que se fizeram o trabalho de casa e fazem este tipo de afirmações fica ainda mais preocupado.

3. SMTUC

O Sr. Presidente informou que, face às novas regras para as empresas municipais, solicitou à administração dos SMTUC um estudo. Considera que tem havido, por parte do Governo, um certo esquecimento de que, em alguns municípios, existem serviços municipalizados. Ou seja, as leis que têm sido produzidas aplicam-se às câmaras e/ou às empresas municipais e nem sequer referem, na sua maioria, os casos em que haja serviços municipalizados. Nesse sentido, e visto que a legislação produzida até ao momento tem ignorado esta forma intermédia entre Autarquia e empresa, urge clarificar algumas coisas. E deu um exemplo: a Lei da Limitação do nº de Cargos Dirigentes. Neste momento os cargos dirigentes, nos SMTUC, rondam os 6 a 7, o que é bastante razoável face a uma estrutura que tem quase quatro centenas de trabalhadores. Neste momento, a leitura possível da legislação que acabou de sair é a de que esses 6 ou 7 contam como dirigentes da CMC e, portanto, contam para os rácios do Município, o que francamente não se justifica, criticou. No entanto, se os SMTUC fossem uma empresa municipal já não contavam. E é nesse sentido que solicitou o tal estudo, porque entende que é fundamental defender um serviço municipal de transportes urbanos com

qualidade em Coimbra. Com as alterações legislativas em curso só resta ir procurando as melhores soluções. Assim, e logo que haja um documento fundamentado, terá todo o gosto em o dar a conhecer a todo o Executivo para que possam fazer uma reflexão séria sobre este assunto. E esta não pode ser uma reflexão partidária mas antes uma reflexão em busca da defesa do serviço de transportes da cidade de Coimbra, que é demasiado importante para poder ficar à mercê de decisões de um Governo que sobre serviços municipalizados parece não dizer nada de especial.

4. Metro Mondego

O relatório a que alude o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco ainda não é público. Houve um secretário de Estado que nomeou um grupo de trabalho para fazer um relatório, que supõe que só foi assinado hoje. Essa é a informação que tem do Sr. Eng.º João Rebelo, que esse relatório seria hoje enviado à tutela, que o encomendou. Evidentemente que se a tutela, depois de o receber, ordenar que este se publicite, terá todo o gosto em distribuí-lo imediatamente pelos Srs. Vereadores.

O Sr. Vereador António Vilhena argumentou que o relatório já prolifera em diversos meios, ao que o Sr. Presidente admitiu que possa ter havido fugas, mas não provocadas e/ou alimentadas por si.

5. Colocação de pinos em torno do 1.º Jardim Escola João de Deus

Sobre este assunto disse que o Sr. Vereador António Vilhena tem filhos no Jardim Escola mas ele próprio já lá teve quatro filhos e, por isso, conhece muito bem a situação do acesso automóvel àquele estabelecimento de ensino. Sempre lhe fez muita confusão toda aquela baralhada de autocarros, automóveis a pararem, uns no meio da faixa de rodagem outros em cima do passeio, ao mesmo tempo que paravam autocarros paravam carros, e depois crianças a atravessarem no meio de toda aquela confusão. O Sr. Presidente não crê que isto seja razoável num país e numa cidade civilizados. Assim, o que foi preparado – e que, naturalmente, pode ir sendo corrigido porque ninguém inventa soluções maravilhosas – é uma solução que vai reservar uma parte significativa do estacionamento na envolvente (parte de trás do Jardim Escola) para que os meninos possam ser levados dentro do estabelecimento, evitando que aí estacionem outros veículos que neste momento entopem todos esses lugares. A solução ainda não está completamente implementada: a ideia é que os carros passem da direita para a esquerda na zona de largada dos meninos, que passem a parar do lado esquerdo, que é o lado que fica mesmo encostado ao Jardim Escola, explicou. Também está previsto que em vez dos 12 ou 15 lugares fique toda aquela rua disponível para esse efeito, ou seja, está-se a tentar acabar com o atravessamento com meninos pela Av. Júlio Dinis, que é uma avenida congestionada, onde os carros às vezes passam mais depressa do que deviam. A ideia é reservar e preservar o acesso, fazendo-o de outra maneira. Naturalmente que isto exigirá alguma adaptação das pessoas mas, francamente, o que quer é deixar de ver acontecer todos os dias aquela enorme confusão que mistura pais, crianças pequeninas, autocarros e automóveis durante uma hora e meia de manhã e outra hora e meia à tarde. Isto é que não era admissível, criticou. Portanto, entende que a CMC, juntamente com o Jardim Escola e com os próprios pais, devem continuar em busca de uma solução melhor do que a que existia porque essa não era razoável e ele, como pai que levou os filhos ao Jardim Escola durante vários anos, sabe disso como ninguém.

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco.

6. Junta de Freguesia de Vil de Matos

Admitiu que, de facto, há algo que tem de ser corrigido. Nós, população de Coimbra e arredores pedimos coletivamente há alguns anos atrás aos habitantes de Vil de Matos um esforço acrescido, um sacrifício. Pedimos que abdicassem de parte do seu descanso (interrompido pelo barulho dos camiões), que convivessem com alguns cheiros, entre outras coisas. Em troca, houve o compromisso de, por todas as formas possíveis, minimizar o mau estar que a instalação daquela unidade iria sempre gerar, nomeadamente reduzindo os cheiros (por isso aquela unidade custou 40 milhões de euros). Uma das promessas feitas à população foi a de que o acesso não se faria pelo meio das povoações. O Sr. Presidente percebe que quem vem de Cantanhede chega muito mais depressa se atravessar Rios Frios e vier por aí mas isso não pode acontecer porque Cantanhede também pediu esse sacrifício a Vil de Matos e, portanto, todos os municípios têm de respeitar o mais possível quem está a fazer um sacrifício pelo bem geral.

7. IParque

O IParque é um projeto cada vez mais estratégico para Coimbra: quanto maior a crise económica, quanto maior a crise do sistema produtivo português, mais importante é aquele projeto para Coimbra. É muito fácil encher o IParque de empresas, afirmou, porque abrindo portas qualquer empresa quer ir para lá. Mas o IParque tem uma determinada filosofia, a ideia não é que vá para lá qualquer empresa, de qualquer ramo. A ideia é gerar ali um conjunto de sinergias atraindo para o parque empresas com um determinado caráter inovador e que depois puxem umas pelas outras. E este

projeto implica várias coisas: desde logo uma boa ligação às incubadoras de empresas existentes em Coimbra e à volta de Coimbra, aspetos em que se está neste momento a trabalhar. Assim, afirmou ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco que vai haver em breve uma excelente solução para o IParque, que permitirá que as várias instituições que constituem o sistema tecnológico inovador de Coimbra se interliguem como nunca antes havia acontecido.

8. Voto de louvor à Dra. Alice Dias

Em resposta ao Sr. Vereador António Vilhena disse que, se de cada vez que saísse um funcionário da CMC se lhe atribuisse um voto de louvor, teria de ser inteiramente justo e atribuir essa distinção aos 60 e muitos que saíram nos últimos meses. Este voto de louvor ora proposto é quase uma forma pouco simpática de tratar os restantes funcionários, explicou. Sendo amigo pessoal da Dra. Alice Dias até se sentiria pouco à vontade para votar. Foi conversando durante os últimos meses que, juntos, chegaram à conclusão que o melhor para ela seria retornar à Universidade. E foi isso que foi feito, preservando em primeira instância os interesses do Município. É uma pessoa muito competente que certamente continuará a desempenhar funções com o mesmo empenho e competência de sempre, agora na Universidade. E a vida é feita de mudanças, afirmou.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que compreendia a dificuldade do Sr. Presidente em votar o voto de louvor à Dra. Alice Dias mas já não compreendia o argumento da amizade que o Sr. Presidente lhe diz ter, porque não é ao cidadão João Paulo Barbosa de Melo que se está a propor que vote mas sim ao Presidente da CMC. Acrescentou que a intervenção do Sr. Presidente lhe fez lembrar a do Presidente da República ao justificar a não ida ao funeral de José Saramago.

Por outro lado, e não querendo banalizar a atribuição do voto de louvor nem menosprezar os restantes funcionários, parece-lhe que as circunstâncias em que a Dra. Alice Dias deixa a CMC são bastante diferentes das dos restantes. Desde logo porque a comissão de serviço dela só terminaria daqui a 15 meses. Por outro lado, porque não estão em causa a competência nem a motivação da Diretora Financeira, que sai apenas por razões políticas, por uma questão de acerto à nova orgânica municipal.

O Sr. **Presidente** interrompeu o Sr. Vereador dizendo que certamente que ninguém se oporia a que fosse votado este como outro qualquer voto de louvor a um funcionário municipal pelo que, nesta altura, colocou-o então à consideração, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 5660/2012 (10/09/2012):

- **Atribuir um voto de louvor à Diretora do Departamento Financeira, Dra. Alice Dias, pelos serviços prestados à CMC no período em que aqui exerceu funções.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

9. Major General Augusto José Monteiro Valente - voto de pesar

Quanto a esta proposta, o Sr. Presidente deixou um voto de consternação e pesar em nome de todo o Executivo, que aliás já fez chegar à família deste militar de Abril.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5661/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar um voto de pesar pelo recente falecimento do Major General Augusto José Monteiro Valente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

ORDEM DO DIA

PONTO I. APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

I.1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 6 de agosto de 2012

Deliberação nº 5662/2012 (10/09/2012):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 6 de agosto de 2012, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

I.2. Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de agosto de 2012

Deliberação nº 5663/2012 (10/09/2012):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 9 de agosto de 2012, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

I.3. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 27 de agosto de 2012

Deliberação nº 5664/2012 (10/09/2012):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 27 de agosto de 2012, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO II. JURÍDICO E CONTENCIOSO

II.1. Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente (Lotes 5 e 7) - minuta do contrato – ratificação

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 31601, de 6/09/2012, da Notária Privativa da CMC, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5665/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 5/09/2012 que aprovou a minuta do contrato de aquisição de serviços “Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente”, (Lotes 5 e 7) a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, José Belo e Francisco Queirós e abstiveram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e João Pedro Trovão.

II.2. Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente Lotes 6 e 8) - minuta do contrato – ratificação

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 31599, de 6/09/2012, da Notária Privativa da CMC, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5666/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 4/09/2012 que aprovou a minuta do contrato de aquisição de serviços “Confeção e fornecimento de refeições escolares – serviço a quente”, (Lotes 6 e 8) a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Clarificar/retificar os contratos celebrados com a Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA, um celebrado em 29/08/2012 (lotes 1, 2, 3 e 4) e o outro celebrado em 4/09/2012 (lotes 6 e 8) no sentido dos contratos em apreço terem o seu início entre 10 e 14 de setembro de 2012 (início do ano escolar).**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, José Belo e Francisco Queirós e abstiveram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e João Pedro Trovão.

PONTO III. APOIO ÀS FREGUESIAS

III.1. Protocolo de Delegação de Competências 2012 – conservação e reparação de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico

O Sr. Vereador João Pedro Trovão disse que todos sabem que as juntas naturalmente que não esperaram por estes protocolos para realizarem as necessárias obras de conservação e reparação. Se as juntas de freguesias estivessem à

espera que a Câmara trouxesse aqui este documento, hoje não arrancaria o ano letivo nas devidas condições, afirmou. Acrescentou que os membros do Executivo sabem que este tipo de protocolos costuma vir à Câmara em junho, pelo que deixou a sugestão de, aquando da assinatura do protocolo, cada junta recebesse imediatamente o respetivo cheque. Seria um ato de boa-fé, já que na maior parte dos casos as juntas de freguesia já tiveram de adiantar o dinheiro para realizarem essas obras.

O Sr. **Presidente** informou que, uma vez aprovada hoje pela CMC, já está marcada para amanhã a assinatura dos protocolos, exatamente para que não se perca tempo.

A delegação de competências municipais relativas a pequenas obras de conservação e reparação de instalações de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, nas Juntas de Freguesias encontra-se inscrita nas Grandes Opções do Plano de 2012 no programa Descentralização e Apoio às Juntas de Freguesia.

Assim, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº30685, de 29/08/2012, do Gabinete de Apoio às Freguesias:

Deliberação nº 5667/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia, para a delegação de competências municipais de conservação e reparação de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico nas Juntas de Freguesia, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma e que prevê a atribuição dos seguintes valores:**

FREGUESIAS	VALOR TOTAL APROVADO
ALMALAGUÊS	3 807
ALMEDINA	3 593
AMEAL	3 176
ANTANHOL	3 602
ANTUZEDE	3 125
ARZILA	2 329
ASSAFARGE	4 495
BOTÃO	3 972
BRASFEMES	4 676
CASTELO VIEGAS	1 220
CEIRA	4 520
CERNACHE	5 396
EIRAS	9 079
LAMAROSA	4 212
RIBEIRA DE FRADES	4 164
SANTA CLARA	9 402
SANTA CRUZ	5 685
SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS	61 387
S. BARTOLOMEU	3 747
S. JOÃO DO CAMPO	5 788
S. MARTINHO DE ÁRVORE	2 501
S. MARTINHO DO BISPO	19 397
S. PAULO DE FRADES	15 397
S. SILVESTRE	5 655
SÉ NOVA	4 812
SOUSELAS	7 237
TAVEIRO	3 924
TORRE DE VILELA	2 329
TORRES DO MONDEGO	1 297
TROUXEMIL	5 732
VIL DE MATOS	1 685
TOTAL	217 341,00

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

IV.1. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2013

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** disse que não poderia votar favoravelmente, pela natureza/característica desta taxa municipal de direitos de passagem, que incide sobre o cliente final. Na sua opinião, as empresas de telecomunicações deveriam, por si, assegurar o pagamento desta taxa que, obviamente, os municípios têm todo o direito de cobrar mas não aos clientes finais.

Para este assunto foi presente a informação nº 31295, de 27/08/2012, da Direção Municipal de Desenvolvimento Organizacional, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 5668/2012 (10/09/2012):

- **Aplicar, para o ano de 2013, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) no percentual de 0,25% através das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, nos termos do artigo 106.º da Lei n.º5/2004 de 10 de Fevereiro e tendo em consideração as disposições do Regulamento nº 38/2004 de 29 de Setembro e o artigo 152.º do RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra;**
- **Disponibilizar às referidas empresas a tabela de conversão entre números de código postal e áreas do Município de Coimbra (a fornecer pelos CTT) nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento n.º 38/2004 de 29 de Setembro;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência e José Belo e abstiveram-se os Srs. Vereadores António Vilhena, João Pedro Trovão e Francisco Queirós.

IV.2. Derrama do ano 2012 a liquidar e cobrar em 2013

O Sr. **Presidente** disse que a proposta hoje em análise é a da manutenção das taxas de derrama para o próximo ano. O que está em causa são duas taxas diferenciadas: uma para as grandes empresas e outra para os pequenos negócios. Lembrou também que a grande fatia da derrama que entra nos cofres do Município de Coimbra é paga pelas grandes empresas nacionais que operam no concelho.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** fez, em nome do Partido Socialista, uma contraproposta: manter a taxa geral em 1,4% mas, tal como proposto pelo PS no ano passado, baixar a taxa reduzida de 1,2% para 1%.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** lembrou que este é um imposto sobre lucros tributáveis e, naturalmente, em época de crise, uma empresa que não tem lucros não paga derrama. Portanto, e como afirmou o Sr. Presidente, são os bancos e as grandes empresas que pagam e o Sr. Vereador acha muito bem que paguem. Claro que há aqui um ónus, o de ser o Poder Local a decidir. Os governos foram sucessivamente criando mecanismos de se desresponsabilizarem por algumas decisões e esta é uma delas.

Para este assunto foi presente a informação nº 31297, de 4/09/2012, do Diretor Municipal de Desenvolvimento Organizacional, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 5669/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar as seguintes taxas de derrama a fixar para o ano fiscal de 2012 e a liquidar e cobrar em 2013, nos termos do art. 14º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro:**
 - a) taxa normal - 1,5%
 - b) taxa reduzida - 1,2% (para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse €150 000)
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, José Belo e Francisco Queirós e votaram contra os Srs. Vereadores António Vilhena e João Pedro Trovão.

Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

“Tendo em consideração que a Câmara Municipal de Coimbra deveria acompanhar as dificuldades económica das empresas em geral, e em particular as pequenas e médias empresas, que a manutenção da taxa reduzida actualmente em vigor não corresponde ao discurso da maioria de querer dinamizar a economia do concelho de Coimbra, incentivando o empreendedorismo dos Jovens e instalação de novas empresas, aligeirando a referida taxa (para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse €150 000), e por essa via induzir um real estímulo à economia do nosso concelho, dando sinais próprios que possam gerar melhores expectativas aos agentes económicos do Município, os Vereadores do Partido socialista apresentaram uma proposta de redução de aplicação da taxa reduzida para 1%.

Não tendo sido essa proposta sequer discutida, nem tão pouco considerada, os Vereadores do PS VOTAM CONTRA A PROPOSTA apresentada pela maioria do executivo municipal.”

IV.3. Parque Escolar, E.P.E. – isenção do imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis

Relativamente a este assunto e na sequência da informação nº 27156, de 19/07/2012, do Departamento Jurídico e de Contencioso, e do parecer do Diretor Municipal de Desenvolvimento Organizacional, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5670/2012 (10/09/2012):

- **Emitir parecer favorável relativamente ao cumprimento dos requisitos por parte da Parque Escolar, E.P.E. com vista à isenção de imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis (IMT), nos termos do art. 6º, alínea I) do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V. FINANÇAS E PATRIMÓNIO

V.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 7 de setembro de 2012, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 3.673.628,52€ (três milhões seiscentos e setenta e três mil seiscentos e vinte e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 1.310.443,81€ (um milhão trezentos e dez mil quatrocentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 2.363.184,71€ (dois milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e quatro euros e setenta e um cêntimos).

Deliberação nº 5671/2012 (09/10/2012):

- **Tomado conhecimento.**

Nesta altura, e por serem 17h, passou-se ao Ponto XV.

PONTO XV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Fernando Carlos Regêncio Lopes

O município proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve:

“Quando tomei a iniciativa de solicitar a minha presença nesta reunião pública estava longe de poder admitir que surgisse alguém, depois de devida e superiormente autorizada a minha presença, a tentar dissuadir-me desta intenção que só o faço para vir apelar para uma decisão urgente justificável pela situação em que se encontra o Clube de Futebol União de Coimbra, muito da qual resultante de significativos e constantes atrasos nas deliberações que ao Clube vêm dizendo respeito.

Todavia existiram decisões posteriores que ultrapassaram os meus propósitos iniciais mas, nem por isso, podia deixar de estar hoje presente e faço-o, com a legitimidade que me é conferida, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral do meu Clube, mas também como município deste concelho. E se naquela qualidade o faço procurando ver satisfeita uma legítima expectativa de toda a massa associativa do União de Coimbra, como município procuro sensibilizar todos V^{as} Ex^{as} para a satisfação de uma promessa desta Autarquia que começando a ser trabalhada em 2005 e tendo deliberação por unanimidade em reunião desta Câmara de 2005-04-18, ratificada igualmente por unanimidade em Assembleia Municipal de 2005-04-29, só cinco anos depois, e após de em 2009 se ter finalmente promovido a escritura da permuta de terrenos, se decide pela instalação de relva sintética no Campo da Arregaça.

Das decisões entretanto tomadas destaco a recente assinatura do contrato de adjudicação da obra e também a autorização, por parte do Sr. Vereador do Desporto, pessoa com enorme sensibilidade para os problemas do meu Clube, para a utilização pelas nossas camadas jovens do Estádio Sérgio Conceição para os seus treinos de pré-época. Uma e outra dão-nos a garantia da irreversibilidade das obras na Arregaça. E se a primeira daquelas decisões cumpre uma parte formal importante neste processo, a outra veio assegurar aos pais dos nossos jovens atletas que eles jamais voltarão a treinar e a jogar em condições que afetem o seu próprio desenvolvimento quer físico quer técnico-desportivo. E estamos a falar de jovens entre os 7 e os 16 anos de idade.

A estes propósitos apelei ao Sr. Presidente da Câmara em carta que dirigi a V^a Ex^a no dia 27 de julho do ano em curso. Ter-se-ão ultrapassado já as “questões burocráticas” de que um jornal local fala na sua edição de 2 de julho passado e felizmente que as obras na Arregaça se iniciarão brevemente de acordo com desenvolvimentos que hoje mesmo terão ocorrido. Foi pois uma longa e paciente espera de 7 anos em que não pode deixar de ser reconhecida a forma como os dirigentes do clube, a sua massa associativa e de simpatizantes, souberam sempre colocar o bom senso nas suas

decisões de forma a travar quaisquer impulsos de movimentações ainda que de civilizado protesto. É pois a situação presente que me levou a mudar o rumo da minha intervenção mas quero aproveitar este meu tempo para os sensibilizar para a necessidade de se efetuarem naquele espaço outros melhoramentos, nomeadamente nos balneários e bancada ali existentes. Tratando-se agora de um espaço municipal desde junho de 2009, embora em utilização permanente pelas camadas jovens do meu Clube quer para treinos quer para jogos oficiais, afigura-se-nos igualmente urgente efetuar beneficiações naquelas zonas, ainda que para tal haja que recorrer ao voluntarismo de muitos sócios do União de Coimbra, sem menosprezar o que oportunamente foi designado, no protocolo de 2005 entre esta Câmara e o nosso Clube, como “vantagens urbanísticas resultantes da existência de um campo de jogos requalificado e equipamento desportivo compatível e enriquecedor do novo parque verde urbano”.

Estando consciente da crise que o país atravessa e das dificuldades da Autarquia para acudir às muitas solicitações que nunca deixarão de lhe ser efetuadas, espero que de acordo com as suas disponibilidades económico-financeiras a Câmara de Coimbra encontre meios de dotar aquele recinto desportivo de condições bem diferentes das que atualmente ali existem. Por outro lado é também importante que se definam as condições de utilização de todo aquele espaço, não esquecendo que o Clube o ocupa desde 1928 nem toda a atividade que ali podemos desenvolver ocupando centenas de jovens na prática desportiva.

Ultrapassados pois que foram os meus primeiros propósitos para vir até junto de V^{as} Ex^{as} quero agradecer, em meu nome e dos Sócios do União de Coimbra, a decisão que finalmente vai levar ao arranque das obras na velhinha Arregaça mas também, sem perder esta oportunidade, apelar uma vez mais ao Sr. Presidente e a toda a vereação desta Câmara, mas nomeadamente ao Sr. Vereador do pelouro do Desporto que se tem mostrado sensível a todas as solicitações que em nome do Clube tenho apresentado, para que sejam feitos esforços no sentido de uma completa requalificação daquele campo de jogos e que ao C.F.U.C. seja consignado o direito da sua utilização plena em condições que, obviamente, terão de vir a ser negociadas pelas partes. Com essa decisão, proporcionando ao União de Coimbra condições semelhantes às de outros clubes do concelho, abrir-se-á a porta da esperança para o renascimento duma coletividade forte, eclética e aglutinadora de muitos jovens tão necessários para a sua renovação. Com a manutenção do apoio desta Câmara, segundo princípios previamente definidos e a que teremos de nos candidatar, como todos os outros clubes porque não queremos ser exceção, estamos seguros e conscientes da capacidade para consolidar o que aqui hoje estamos a agradecer. Estaremos atentos ao desenrolar da situação certos do empenhamento de todos V^{as} Ex^{as} para apoiar este Clube que tem, entre muitas outras honrosas condecorações, a medalha de ouro da cidade de Coimbra. Eu, pela minha parte, manifesto a minha total disponibilidade para o que se entenda como necessária a minha presença mas estou absolutamente seguro que cumpro aqui, e desta forma, a obrigação que me impõe o meu cargo e que é de enaltecer e agradecer quem se dispõe a prestar tão grande contributo para uma nova vida que se avizinha e se adivinha para o União de Coimbra”.

O Sr. **Presidente** agradeceu a presença do munícipe e confessou que o processo de instalação do sintético demorou mais tempo do que todos gostariam. Porém, nem todo esse tempo decorrido é responsabilidade direta da CMC, uma vez que houve a certa altura o interesse do Clube numa solução diferente que, aliás, veio a esta Câmara e que implicava já não se fazer o sintético. O Sr. Presidente julga que é importante frisar que todos os Srs. Vereadores, de todas as forças políticas representadas neste Executivo, tiveram sempre a maior unanimidade na tentativa de resolução do problema e de acolhimento, o mais possível, das pretensões do Clube, tendo em vista o historial do União de Coimbra e as dificuldades por que passa atualmente. Até porque se o C.F.U.C. tem a medalha da cidade não é por acaso: é porque a mereceu e continua a merecer.

Claro que atualmente, e com a Lei dos Compromissos, as autarquias vivem tempos mais difíceis, pelo que comprometer estes 265 mil euros para a realização da obra foi de uma dificuldade extrema, mas a CMC orgulha-se de honrar os seus compromissos e foi o que fez, confessou, acrescentando que o compromisso do empreiteiro é entregar a obra pronta no final deste mês. O propósito da CMC foi e será sempre o de ajudar os clubes que fizeram a história de Coimbra do ponto de vista desportivo e urge, de facto, requalificar aquele espaço: além dos ganhos que o Clube terá é toda a cidade que fica a ganhar, defendeu.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que vive um dia particularmente feliz, porque até há muito poucos dias não sabia que tipo de intervenção o Sr. Fernando Regêncio teria de vir hoje aqui fazer nesta sessão pública. Na sua opinião, ter equipamentos desportivos de qualidade no centro da cidade também é bom urbanismo. Nesse sentido, considera que a solução alcançada é a melhor para aquele espaço, mantém a identidade do Clube – que é um clube que, antes de ser da cidade de Coimbra, é um clube da Arregaça. Portanto, é um dia feliz para a CMC, é um dia feliz para a cidade e é um dia especialmente feliz para o União de Coimbra, que pode finalmente aspirar a um regresso às vitórias e ter todos aqueles miúdos a praticarem futebol em melhores condições.

O Sr. **Vereador José Belo** disse que usaria da palavra enquanto vereador mas também enquanto cidadão e atleta da Académica, para dizer que viveu com o União de Coimbra uma rivalidade saudável. É um clube, ou melhor, uma instituição da cidade que muito respeita e que merece todo o apoio que a CMC lhe possa dar. O C.F.U.C. é feito de gente de convicções, gente firme, com um saudável clubismo, e é imprescindível no panorama desportivo de Coimbra. Assim, está, como todos os Srs. Vereadores, com o União de Coimbra, porque um União de Coimbra vivo e forte faz falta à cidade, concluiu.

PONTO VI. ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**VI.1. 1º Relatório de progresso de implementação do Plano Estratégico de Coimbra**

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que acompanhou, ao longo do mandato anterior, as medidas tomadas na concretização/elaboração deste Plano Estratégico de Coimbra. Foi, por várias vezes, crítico da forma como o processo foi gerido e daquilo que, do seu ponto de vista, prejudica o âmbito que se quer estratégico de um plano da cidade. Agora, quando volta a ler este relatório, regressa-lhe a mesma sensação de que este Conselho Consultivo que avalia podia ser mais alargado do que é se queremos verdadeiramente que seja um documento para a cidade. Porque lhe parece um documento algo afunilado, criticou. Todos os vereadores, mesmo os sem pelouro, deveriam estar neste grupo de trabalho, esta seria a única forma de garantir que o acompanhamento destes documentos se faz realmente em nome da cidade. Quando se afunila perde-se esse sentido, essa dimensão de documento para a cidade, coisa que aliás teve ocasião de escrever num jornal local.

Mas há outras dúvidas que o documento lhe suscita. Desde logo a forma como tem sido produzido este relatório, o facto de o Regulamento ser aprovado pelos próprios (o que lhe faz muita confusão) e de serem um Conselho Consultivo mas acolherem sugestões que ultrapassam a mera consulta.

Em suma, o Sr. Vereador não se sente nada confortável com este documento, que considera não servir o propósito de abrangência inerente a um documento que é para a cidade. Isto para não especificar as coisas que ele contém já desatualizadas ou que necessariamente vão ficar desatualizadas em breve, de que são exemplo as referências à empresa municipal de turismo. Por tudo isto, julga que seria de repensar este relatório, com o qual não concorda pelo que, naturalmente, votará contra.

O Sr. **Vereador José Belo** congratulou-se com o facto de ter sido colmatada a ausência de uma abordagem sobre o vetor da Educação. Naturalmente que a Educação é fundamental, sobretudo como instrumento de preparação do/para o futuro como um Plano Estratégico. Saudou, pois, o facto do Sr. Conselheiro Luís Alcoforado ter ficado responsável por fazer uma abordagem do vetor Educação, que entende que terá sempre de se articular com o vetor Cultura.

O Sr. **Vereador Luís Providência** acrescentou que, por uma questão de justiça, gostaria de deixar claro que mais do que ficar responsável, foi o próprio conselheiro, Luís Alcoforado, que levantou a questão da Educação estar a menos neste Plano Estratégico.

O Sr. **Vereador António Vilhena** afirmou que, lendo este primeiro relatório, só pode subscrever as palavras acertadas do Sr. Vereador Luís Providência. Concordou que o documento obedeceu a uma má metodologia de funcionamento e de aprovação do seu próprio Regulamento. Por outro lado, trata-se de aprovar em causa própria aquilo que, sendo de consulta, acaba por deixar de o ser a determinada altura para passar a ser um conjunto de propostas com carácter quase endossável ao Poder Executivo, estando o Poder Executivo completamente de fora. Ou seja, esta situação não lhe parece minimamente aceitável, do ponto de vista político. E sendo o Partido Socialista de algum modo crítico dos planos estratégicos que aqui têm vindo, este primeiro relatório acaba por estar ferido a montante, independentemente de qualquer que seja o seu plano estratégico, porque a metodologia acaba por deixar uma nuvem sobre o tipo de trabalho que foi feito. Assim, não se sente minimamente confortável para votar este Ponto, concordando inteiramente com os argumentos e com os exemplos dados pelo Sr. Vereador Luís Providência.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** disse que, ao ler a ata da reunião em que se apresenta o esboço do relatório, deparou-se com a ausência da maior parte dos consultores, o que significa que os autores da proposta afinal não o são tanto assim. Frisou as ausências do Vereador Paulo Leitão, do Prof. Carlos Fortuna, do Dr. Paulo Rebelo, o Prof. Pedro Ferreira, entre outros, e pediu que o Sr. Diretor Municipal aferisse da importância ou não dessas ausências.

O Sr. **Presidente** solicitou ao Sr. Diretor Municipal de Administração do Território que explicasse como nasceu o grupo de trabalho, como se consolidou e, sendo este o primeiro resultado prático apresentado ao Executivo, questionou até que ponto a proposta deveria ou não ser votada.

O Sr. **Diretor Municipal de Administração do Território** começou por expressar o enorme orgulho que sente em fazer parte deste grupo de trabalho, por considerar que a tarefa que tem em mãos é muito nobre. Relembrou que o Plano Estratégico foi aprovado em 18 de janeiro de 2010 e em 12 de abril do mesmo ano voltou à Câmara, com a recomendação desta questão do grupo de acompanhamento, deliberada por unanimidade. Entretanto houve um despacho do Sr. Presidente da Câmara a nomear os membros desse grupo. Houve depois um compasso de espera porque a própria Assembleia Municipal teve dúvidas se teria de formalmente aprovar o Plano, pelo que o documento só foi aprovado em janeiro de 2011.

Na deliberação de abril de 2010 ficou claramente definido que a primeira tarefa do grupo de acompanhamento seria autolimitar as suas competências, ou seja, o tipo de acompanhamento a prestar, e definir a forma como se organizariam. Foi nesse sentido que se criou o tal regulamento de funcionamento, sem se pretender, de forma alguma, ultrapassar as

competências municipais. Claro que se a CMC entender introduzir-lhe alterações o grupo as acatará mas frisou que é um regulamento muito específico, muito interno, que basicamente define que tem de haver quórum, define o que é deliberado e o que é apenas consultivo, o que fazer do produto do trabalho do grupo, a procura de financiamentos para ações do Plano, entre outros. Das competências ressaltam: assegurar um acompanhamento assíduo e continuado dos trabalhos e elaborar relatórios de progresso que serão objeto de informação periódica à CMC e à Assembleia Municipal. O que aconteceu é que os elementos do grupo têm vidas profissionais de tal modo intensas que não é fácil reuni-los. Houve, pois, duas reuniões e não estiveram, de facto, todos presentes mas o que pode assegurar é que o relatório foi remetido a todos e todos puderam dar os seus contributos. Até porque hoje trabalha-se muito por e-mail e, portanto, o relatório é um relatório de todos, visto por todos, inclusive alterado depois da segunda reunião.

O problema frequente nos exercícios de planeamento neste país é achar que o processo de planeamento termina quando se produz um documento que se chama Plano. Há que fugir dessa tentação, alertou. Compreende todas as críticas hoje aqui feitas pelos Srs. Vereadores mas o primeiro exercício a fazer num processo de planeamento é verificar se o plano ainda está válido. A única coisa hoje aqui proposta é uma recalendarização, porque os tempos são outros e as dificuldades financeiras obrigam a uma reflexão adaptada. Na sua opinião, vale a pena continuar com este Plano Estratégico, não entrar já num processo de revisão. Porém, o calendário tem de ser adaptado à realidade, ou seja, estendido no tempo. Até 2015 não é possível realizar metade das ações previstas no Plano Estratégico. O passo seguinte, até ao próximo Orçamento, será ajudar a elencar as ações que parecem ser mais prioritárias para que o Orçamento Municipal reflita o Plano Estratégico.

O Sr. **Vereador António Vilhena** questionou sobre o Centro de Congressos, tendo o Sr. **Diretor Municipal** respondido que uma das 50 ações previstas é o Centro de Congressos. Agora o que se vai fazer a seguir, qual a finalidade do equipamento, quem o vai gerir, é outro assunto. O Sr. Vereador **António Vilhena** insistiu que é importante que o Plano Estratégico contemple um programa de funcionamento do Centro de Congressos, porque o mais fácil é construir o edifício, equipá-lo e colocar lá gente. Pior é depois ter uma estratégia de gestão, um modelo de programação/funcionamento.

O Sr. **Diretor Municipal de Administração do Território** disse que o Centro de Congressos é tão importante e decisivo para o futuro de Coimbra que, uma vez que esteja concluída a obra física, urge de facto ter um modelo de gestão que alcandore e que retire do Convento o melhor que ele pode dar à cidade. E depois há um conjunto de ações, designadamente no âmbito do vetor Turismo, que estão intimamente ligadas com este. Portanto, passo a passo, vão passando do Plano para os vetores, para as ações, das ações para os conjuntos de projetos e dos conjuntos de projetos para cada projeto, por forma a atingir os objetivos inicialmente definidos.

De facto, o Plano fala pouco sobre Desporto, mas porque há uma Carta Desportiva em elaboração. Também fala pouco de Educação, porque existe um instrumento próprio estratégico nesta área, que é a Carta Educativa. Existe igualmente um Plano de Desenvolvimento Social. Ou seja, o Plano é lacunar mas em áreas em que a Autarquia já possui outros documentos estratégicos que se complementam com este. Ou seja, foi uma falha constatada pelo grupo de trabalho mas assumida e colmatada pelas razões ora enunciadas.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que a explicação era pertinente mas que, então, deveria o Relatório remeter, nas referidas áreas lacunares, para anexos que seriam esses tais planos já existentes.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que, para si, a questão mais séria e complexa desta proposta é precisamente este grupo de pessoas fazer uma coisa que entende que devem ser o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores a fazer. É por isso que não consegue aceitar, por exemplo, que em função das novas restrições à despesa pública, fruto da reforma administrativa em curso, venha aqui uma recalendarização que ultrapassa o prazo deste documento. Há ações adiadas para 2020, salientou. Uma decisão destas tem de ser tomada pelo Executivo e não por este grupo de pessoas, insistiu, acrescentando que a proposta ultrapassa tudo o que é razoável em Política. Este documento foi para além do que devia ter ido, concluiu, repetindo que, no mínimo, deveria ter sido discutido com quem tem pelouros.

Este é, em perspectiva, um bom documento, agora vale o que vale quando não se ouviu quem tem poder de decisão. Isto é Política, e quem foi eleito para decidir foram os Srs. Vereadores e não umas pessoas convidadas pela CMC para integrarem um grupo de trabalho, criticou. Isto é uma ultrapassagem clara de competências e o Sr. Vereador não gosta de ultrapassagens, afirmou.

O Sr. **Presidente** disse que é evidente que o Executivo foi eleito para tomar decisões, como é também evidente a virtude de pedir a um grupo de pessoas deste nível de qualidade profissional que opine sobre o Plano Estratégico de Coimbra. O que lhe parece é que talvez deva existir um tempo entre a leitura deste relatório e a proposta final de recalendarização. Isto não deve fazer-se a correr, no curso de uma reunião, porque se trata de um documento estratégico da máxima importância. Além disso, esta quase alteração ao Plano teria de ir à Assembleia Municipal e isso não faz muito sentido neste momento em que as preocupações das pessoas são outras bem diferentes desta. Neste contexto, propôs que hoje apenas tomassem conhecimento do relatório e que decidissem sobre a recalendarização mais tarde.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que a intervenção do Sr. Presidente vem confirmar que o Plano Estratégico de Coimbra está morto. Porque, de facto, face à situação atual do país, às dificuldades financeiras conhecidas, este PEC tem de ser recalendrarizado e tudo o que se tinha a expectativa de executar vai ter de ser repensado. Não significa que os projetos não sejam importantes e não continuem a fazer sentido mas a verdade é que eles ficam cada vez mais longe. As variáveis dependentes e independentes vão ser alteradas. Ou seja, o Sr. Vereador considera importante uma cidade ter um Plano Estratégico mas, na verdade, o documento é ele e as suas circunstâncias, e se as circunstâncias mudaram o PEC também vai ter de mudar.

O Sr. **Presidente** respondeu que recalendrarizar, repensar projetos, é o que todos os responsáveis políticos estão a fazer em Portugal pelo menos há um ano e meio. Mas isso não quer dizer que o País morreu.

O Sr. **Diretor Municipal** propôs fazer chegar a toda a vereação um calendário resumindo, por vetor, as datas existentes e as datas propostas.

Relativamente a este assunto foi elaborada a informação nº 26455, de 16/07/2012, pelo Diretor Municipal de Administração do Território, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5672/2012 (10/09/2012):

- **Tomar conhecimento do 1.º Relatório de progresso da implementação do Plano Estratégico de Coimbra.**

Nesta altura passou a fazer parte dos trabalhos o Sr. Vereador Paulo Leitão.

PONTO VII. PLANEAMENTO TERRITORIAL

VII.1. 1ª Alteração do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra (PPPTC)

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação nº 28471, de 1/08/2012, da Divisão de Planeamento Urbano, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5673/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar a 1ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra (PPPTC), de iniciativa municipal, com os fundamentos constantes da informação em causa e respetivas peças desenhadas;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.2. Encosta dos Malheiros - Estudo Urbanístico

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** criticou o facto dos documentos referentes a este processo só terem sido disponibilizados aos vereadores hoje à hora do almoço, prazo que considera manifestamente insuficiente para se pronunciar. Nesse sentido, solicitou ao Sr. Presidente que o processo fosse retirado da ordem de trabalhos e agendado para a próxima reunião.

O Sr. **Presidente** concordou que este é um estudo demasiado importante para ser tratado à pressa e assentiu no reagendamento para a próxima sessão do executivo municipal.

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

PONTO VIII. GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

VIII.1. Pedro Manuel Bernardes Lourenço – receção definitiva/libertação da caução – Arzila – Regts. nºs 34604/2012 e 31345/2012

Para este assunto, e com base na informação nº 2121, de 6/07/2012, da Divisão de Fiscalização Urbanística, e no parecer do chefe de divisão de 2-08-2012, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5674/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar a receção definitiva das obras de urbanização/infraestruturas públicas (rede viária e rede de abastecimento de água) nos termos do art. 87º do DL nº 555/99 com a redação dada pelo Decreto-Lei 26/2010 de 30/03 e Lei nº 28/2010 de 2/09 (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação);**

- **Libertar a caução prestada através de depósito em dinheiro (guia nº 9609 de 14/12/2006) no valor de 890,00€, no âmbito do disposto no art. 54º do RJUE;**
- **Dar conhecimento da presente deliberação ao DOIE/DVEP, Divisão de Contabilidade, DTO e Junta de Freguesia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Reabilitação do imóvel sito no Largo da Sé Velha nº 30 e Beco da Carqueja nº 3 para a instalação de berçário, infantário e creche – concurso público

Relativamente a este assunto foi presente a informação nº 31013, de 3/09/2012, do Chefe do Gabinete para o Centro Histórico, com base na qual o Executivo deliberou

Deliberação nº 5675/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar o projeto de execução da Reabilitação do imóvel sito no Largo da Sé Velha nº 30 e Beco da Carqueja nº 3 para a instalação de berçário, infantário e creche;**
- **Aprovar, para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 43º do CCP dos motivos da não exigência de alguns elementos constantes do citado artigo, tendo como fundamentos os constantes do ponto II – Projeto, da presente informação;**
- **Autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a empreitada “Reabilitação do imóvel sito no Largo da Sé Velha n.º 30 e Beco da Carqueja n.º 3 para a instalação de berçário, infantário e creche – 2ª fase”, nos termos do disposto na alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei º 278/2009, de 2 de Outubro, com o preço base 724 469,80€ (setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos), sem IVA incluído, com prazo de execução máximo de 210 dias, bem como a aprovação do Programa do Procedimento, do Caderno de Encargos, do Plano de Segurança e Saúde em Projeto e do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição conforme o disposto na alínea b), do nº 1, do art.º 18º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea q), do nº 1, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- **Aprovar o valor de contrato para a presente obra de 905 587,24€, acrescido de IVA;**
- **Nomear o técnico superior, Engº Civil, José Manuel Godinho Antunes (GCH), como coordenador de segurança e saúde da referida obra;**
- **Nomear o Eng.º Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, Chefe do GCH, como representante do Dono de Obra para assinatura da “Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro”, prevista no n.º 2 do art. 15, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29/10;**
- **Nomear o Engº Civil, António Cunha (GCH), como diretor de fiscalização da obra, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 344º do Código dos Contratos Públicos, sendo a assistência técnica à obra efetuada pelos seguintes projetistas:**
 - Arqtª Florbela Oliveira (GCH), para acompanhamento da arquitetura;
 - Eng. Valdemar Rosas (GCH), como técnico para acompanhamento das especialidades de eletricidade e ITED;
 - Engº Hugo Macedo (ITECONS) como técnico para acompanhamento da especialidade de recuperação estrutural;
 - Engº Jorge Bernardo (ITECONS) como técnico para acompanhamento da especialidade de segurança contra incêndios em edifícios;
 - Engª Sandra Costa (GCH), como técnica para acompanhamento das especialidades de redes prediais de água, esgotos domésticos, águas pluviais e condicionamento acústico;
 - Engº Daniel Gaudêncio, (DOIE), como técnico para acompanhamento das especialidades de instalações eletromecânicas de transporte vertical, instalações de aquecimento central e AQS, e rede de gás natural;
 - Engª Liliana Sousa (ITECONS) como técnica para acompanhamento da especialidade comportamento térmico;
- **Designar o seguinte Júri do Procedimento, nos termos do art.º 67º do Código dos Contratos Públicos:**

Membros efetivos:
Presidente: Eng.º Sidónio Simões;
1º Vogal: Engª Margarida Roque;
2º Vogal: Engª Sandra Costa;

Membros suplentes
1º Vogal suplente: Eng.º Valdemar Rosas; 2º Vogal suplente: Eng.ª Graça Rosa
- **Determinar que a competência para a realização da audiência prévia seja do “Júri do Procedimento”, nos termos do art.º 109º conjugado com o nº 2 do art.º 69º, ambos do CCP;**
- **Delegar no Chefe do Gabinete para o Centro Histórico, a subscrição das comunicações associadas ao presente procedimento, bem como as notificações de entrega dos documentos de habilitação e da adjudicação, sempre que aplicável, ao abrigo do nº 1, do art.º 109º, do CCP;**
- **Autorizar o download gratuito das peças do procedimento na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Setor Público, vortalGOV, com endereço eletrónico <https://www.vortal.biz>, sendo o prazo para apresentação das propostas será de 30 dias, a contar da data de envio do anúncio para Diário da Republica, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.3. Isenção de IMI e IMT ao abrigo do artigo 45º do EBF:

a) Beco do Montarroio nºs 15 e 17

Relativamente a este assunto e decorrido o período de audiência de interessados, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 29542, de 14/08/2012, do Gabinete para o Centro Histórico:

Deliberação nº 5676/2012 (10/09/2012):

- **Indeferir o pedido de isenção de IMI e IMT ao abrigo do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei 215/89, de 1 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 108/2008, de 26 de junho, para o imóvel sito no Beco de Montarroio, nº 15 e 17, Coimbra, em virtude do prédio não ter sofrido qualquer intervenção urbanística pelo que não foi apresentada a certificação necessária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

b) Beco do Montarroio nºs 16 e 18

Relativamente a este assunto e decorrido o período de audiência de interessados, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 29541, de 14/08/2012, do Gabinete para o Centro Histórico:

Deliberação nº 5677/2012 (10/09/2012):

- **Indeferir o pedido de isenção de IMI e IMT ao abrigo do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei 215/89, de 1 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 108/2008, de 26 de junho, para o imóvel sito no Beco de Montarroio, nº 16 e 18, Coimbra, em virtude do prédio não ter sofrido qualquer intervenção urbanística pelo que não foi apresentada a certificação necessária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.4. Despachos relativos ao Gabinete para o Centro Histórico proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão de maio e junho de 2012 – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 27078, de 08/08/2012, do Gabinete para o Centro Histórico, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão, relativos àquele Gabinete, respeitantes ao meses de maio e junho de 2012, cuja relação, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5678/2012 (10/09/2012):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO IX. OBRAS E INFRAESTRUTURAS

IX.1. Requalificação da Rede Viária do Concelho – Plano de Tapetes 2011 – receção provisória parcial / suspensão parcial dos trabalhos

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 29427, de 10-08-2012, da Divisão de Vias e Espaço Público, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5679/2012 (10/09/2012):

- **Aprovar a suspensão temporária parcial dos trabalhos da empreitada de Requalificação da Rede Viária do Concelho – Plano de Tapetes 2011, a partir de 19-07-2012 e até que cessem as causas que determinaram a suspensão dos trabalhos de repavimentação das ruas, ou seja, após a realização dos trabalhos de remodelação da rede de águas naqueles arruamentos pela Águas de Coimbra;**
- **Aprovar a minuta do auto de suspensão a ser lavrado entre representantes do dono de obra e do empreiteiro, tal como estabelecido no art. 369º do CCP, e que, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Aprovar o prazo de 15 dias para execução dos trabalhos logo que os mesmos sejam retomados;**

- **Aprovar a receção provisória parcial da empreitada nos termos da informação da DVEP acima identificada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Centro Escolar do Loreto (Eiras) – ampliação – esclarecimentos e retificações das peças de procedimento – ratificação

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 30806, de 30-08-2012, do Júri de Procedimento (DEE), com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5680/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 31-08-2012, que aprovou os esclarecimentos e retificações das peças do procedimento da empreitada “Centro Escolar do Loreto (Eiras) – Ampliação” a prestar aos interessados na plataforma eletrónica www.vortalgov.pt, nos termos do n.º 2 do art. 50º do Código dos Contratos Públicos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X. HABITAÇÃO

X.1. Habitação sita na Rua dos Combatentes, nº 80-1º - Helena da Piedade Dias - posse administrativa

Relativamente a este assunto, tendo decorrido o prazo de audiência de interessados sem que o proprietário se tenha pronunciado e com base na informação n.º 26861, de 18-07-2012, da Divisão de Reabilitação de Edifícios, o Executivo deliberou:

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 30806, de 30-08-2012, do Júri de Procedimento (DEE), com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5681/2012 (10/09/2012):

- **Determinar a posse administrativa do prédio sito na Rua dos Combatentes, nº 78-80, propriedade de António Santana, ao abrigo do disposto nos artigos 91º e 107º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março, a fim de serem realizadas as obras ordenadas pela not. n.º 11661/11.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Venda da habitação municipal do Bairro da Fonte do Castanheiro, sita na Rua do Mondego nº 14 (lote 65)

Para este assunto foi presente a informação n.º 30781, de 30-08-2012, da Diretora do Departamento de Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5682/2012 (10/09/2012):

- **Vender, nas condições expressas na deliberação n.º 8606/09 de 28 de setembro, a habitação municipal sita na Rua do Mondego, nº 14 do Bairro da Fonte do Castanheiro, correspondente ao lote n.º 65, com a área de 158m² e com registo matricial n.º 2070, a Rosa Maria Mendes Rodrigues pelo montante de 6.776,13€, com uma cláusula de no projeto de reabilitação ser sempre necessário que os muros de delimitação dos outros dois lotes sejam feitos em simultâneo e no respeito das cláusulas técnicas do loteamento aprovado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.3. Ladeira de Santa Justa, nºs 12 – 14 – execução de obras

Decorrido o prazo para audiência de interessados sem que nenhum se tenha pronunciado, e com base na informação n.º 27512, de 24-07-2012, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5683/2012 (10/09/2012):

- **Notificar a proprietária Alice da Cruz Dias a proceder à execução das obras descritas no Auto de Vistoria de 29 de março de 2011 e parecer da DRCC;**
- **Conceder os seguintes prazos a contar da data da receção da notificação para obras:**
 - 60 dias para o início das obras;
 - 90 dias para a conclusão das obras, após o seu início
- **Informar a proprietária que, em caso de incumprimento da notificação, incluindo os prazos supra referidos, fica sujeita a processo de contraordenação, com coimas graduadas de €500,00 a €250.000;**
- **Informar o inquilino que, uma vez concluídas as obras, poderá haver lugar ao aumento de renda, conforme estabelecido no art. 27º do DL n.º 157/2006 de 8 de agosto.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Vistoria no âmbito dos processos de reabilitação de edifícios – maio, junho e julho – 2012 – ratificação

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5684/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar os despachos exarados nos meses de maio, junho e julho pelo Sr. Vereador Francisco Queirós de nomeação de Comissão de Vistoria, ao abrigo do nº. 1, do art. 90º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, para vistorias dos seguintes imóveis:**
 - 07/05/2012 – Casa 4 – Casal da Pedrulha
 - 28/05/2012 – Rua António Vasconcelos nº 18-B
 - 06/06/2012 – Rua Luís de Freitas Morna – Casais do Campo
 - 08/06/2012 – Volta do Salgueiral nº 7 – Lajes – Santa Clara
 - 03/07/2012 – Rua Lar O Girassol nº 14 - Alcarraques

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Despachos geradores de custos financeiros exarados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós – maio e agosto – 2012 – conhecimento

Sobre este assunto, o Sr. Presidente deu conhecimento da listagem de processos do Departamento de Habitação despachados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, durante os meses de maio e agosto de 2012, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas, nos termos do n.º 3 do art.º 65.º da Lei 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Pagamento das quotas e fundo de reserva dos condomínios – Bairro do Ingote – Bloco 5 – Ano 2012 – € 288,00;
- Pagamento das quotas dos condomínios e despesas diversas – Rua Verde Pinho, entrada 1, 2 e 3 – janeiro a junho – Ano de 2012 – € 219,72;
- Pagamento das quotas dos condomínios – Ano 2012 – Quinta da Rosa, lote 2, entrada 27 – € 120,00;

Deliberação nº 5685/2012 (10/09/2012):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO XI. DESPORTO E JUVENTUDE

XI.1. Academia de Basquetebol – ação de divulgação da modalidade – ocupação de espaço público – isenção de taxas

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 31373, de 05-09-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5686/2012 (10/09/2012):

- **Isentar a Academia de Basquetebol do pagamento de taxas pela utilização do pátio adjacente à saída do Centro Comercial Dolce Vita para a Rua D. João III, para realização de uma ação de divulgação do Basquetebol entre os dias 17 e 20 de setembro, das 16h30 às 19h.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.2. Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra – Torneio de Veteranos de Rugby – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 31102, de 03-09-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5687/2012 (10/09/2012):

- **Apoiar a Secção de Rugby da AAC na organização de um torneio de veteranos no dia 15 de setembro, através da cedência de uma ambulância da Companhia de Bombeiros Sapadores, entre as 12h e as 19h, com isenção de taxas que ascenderiam a €241,08.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII. CULTURA

XII.1. Associação Recreativa e Musical de Ceira – transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 30872, de 31/08/2012, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5688/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar o despacho da Sra. Vice-presidente de 3 de setembro, que autorizou a cedência de um autocarro da empresa Turexpresso Viagens e Turismo Lda. à Associação Recreativa e Musical de Ceira, através da bolsa de transportes relativa ao concurso público 18-23/2011, destinado ao transporte dos elementos do grupo a Cinfães, no próximo dia 8 de setembro, onde participarão no III Encontro de Bandas Filarmónicas de Santo António de Piães, estimando-se a despesa em € 685,00 (acrescido de IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XIII.1. Aquisição de serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – concurso público nº CP/1248/2012

Relativamente a este assunto, e tendo por base o ofício registado sob o n.º 43276, de 07/08/2012, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5689/2012 (10/09/2012):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC que adjudicou o serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC, pelo valor total global de €160.164,10 e nas demais condições constantes das peças do procedimento e da proposta, a saber:**
 - Condições de pagamento: 30 dias a contar da receção da fatura mensal;
 - Prazo de execução do contrato: o contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato;
 - Produção de efeitos: o contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos, em relação a cada um dos locais de consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor
- **Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a seguinte repartição de encargos:**
 - em 2012 - €26.694,02 (acrescido de IVA)
 - em 2013 - €133.470,08 (acrescido de IVA)

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIV. ASSUNTOS DIVERSOS

XIV.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2012 a liquidar e cobrar em 2013

Sobre este assunto, o Sr. **Presidente** começou por dizer que este ano é bastante atípico nesta matéria, já que assistiremos à **descida da Taxa de IMI**. Dir-se-á que é muito pouco, claro que pessoalmente gostaria que descesse ainda mais e julga que terá condições para baixar ainda mais o IMI nos próximos anos. Hoje as famílias pagam de IMI uma fatia muito importante do seu rendimento e o Sr. Presidente muito gostaria de contribuir para diminuir essa fatia.

Está neste momento em curso a reavaliação de todos os prédios urbanos do país que ainda não tinham o respetivo valor patrimonial atualizado, processo efetuado pela Autoridade Tributária, em colaboração com os municípios. Durante muito tempo os desenvolvimentos foram parcos mas nos últimos meses, e porque as Finanças colocaram mais meios ao serviço deste processo, ele avançou a bom ritmo. Por isto, foi retirada à Autarquia parte da receita do IMI para pagar as despesas de reavaliação dos prédios.

O Sr. **Presidente** refutou uma ideia generalizada que é a de que, com a reavaliação, toda a gente vai pagar muito mais. Não é verdade, há muita gente que vai pagar menos IMI. Desde logo porque as reavaliações que têm vindo a ser feitas, sobretudo dos últimos 10 anos, resultam em valores inferiores aos que estavam a ser praticados, correspondendo ao estado atual do mercado. Acresce que, ao serem reavaliados, a taxa paga pelos municípios passa de 0,7% para 0,4%. Ou seja, alguns vão pagar a taxa 0,4% (ou melhor, 0,39%) e essa taxa incide sobre o valor mais pequeno do prédio. E isso está a acontecer com a esmagadora maioria dos casos dos últimos 10 anos, frisou. Nos mais antigos passava-se e continua ainda a passar-se neste momento uma situação de grande injustiça em Portugal, que é o facto das famílias jovens que compraram um pequenino T2 nos últimos 5 ou 6 anos estarem a pagar um dinheirão de IMI, enquanto famílias que têm uma casa com piscina num sítio nobre da cidade, porque já a têm há 40 ou 50 anos, estão a pagar por vezes um décimo do que pagam os jovens do T2. Isto não é admissível e, portanto, é importante que esta reavaliação seja feita. Certamente que as pessoas que têm a vivenda grande com piscina no centro da cidade vão pagar mais mas a própria lei prevê que, quando houver aumentos relativamente elevados, o aumento máximo, por cada ano seguinte, seja de 75 euros, faseando assim esse aumento. Neste momento ainda não é claro se o efeito desta reavaliação vai resultar ou não num aumento da base tributável, é muito cedo para fazer este tipo de avaliação. Só daqui a dois, três anos se poderá mitigar com suporte os resultados deste processo. Há muita gente a aumentar o IMI que paga, como há muita gente a diminuir, as próprias Finanças não conseguem neste momento ter números a este respeito. Neste contexto, o Sr. Presidente considera que a proposta hoje em discussão é bastante realista, que dá o sinal de que a CMC está preocupada com o valor deste imposto e que tudo fará para o diminuir mais nos próximos anos. Este pequeno sinal, esta diminuição de 0,4% para 0,39% nos prédios avaliados, poderá parecer pouco para alguns mas representa uma perda de receita potencial para o Município entre 700 mil e um milhão de euros. Este é um esforço grande para o Município de Coimbra, que tem uma receita anual que pouco ultrapassa os 100 milhões de euros, frisou. Um milhão é 1% da receita do Município. Por outro lado, a CMC não é “dona e senhora” da taxa de IMI por inteiro, só tem discricionariedade entre o mínimo de que não pode prescindir e o máximo até onde pode ir (entre os 25 e os 12 milhões de euros, portanto). Assim, o sinal que está hoje a ser dado com esta proposta não é pequeno, como alguns querem fazer crer.

Há um conjunto de municípios que, neste momento, não praticam as taxas máximas. Muitos desses não adequaram os níveis de despesa que fazem ao facto de não estarem a cobrar a taxa mais alta, isto é, continuaram a fazer muita despesa. Esses estão hoje em situações financeiras muito complicadas o que, felizmente, não é o caso do Município de Coimbra. Ao recorrerem agora à famosa linha de crédito dos mil milhões de euros para os municípios, todos esses que até aqui praticaram taxas mais baixas (muitos em manobras puramente eleitoralistas) vão ter de, obrigatoriamente, passar a cobrar a taxa máxima. Portanto, aquilo a que vamos assistir é a um bom número de municípios portugueses que cobravam taxas na ordem dos 0,2% passarem a cobrar 0,4%. Como o Município de Coimbra não está entre esse conjunto de municípios que serão agora obrigados a fazer aquilo que o Governo obriga para acederem ao crédito que esse mesmo Governo disponibilizou para as autarquias, tem ainda discricionariedade para poder baixar o imposto, salientou.

Terminou reafirmando que é com grande sentido de responsabilidade que traz hoje aqui esta proposta, e acha curiosa a posição do Partido Socialista, já que estamos a aproximar-nos do final de um mandato autárquico e certamente o PS não está, com esta tomada de posição, à espera de ganhar as eleições. Queriam baixar todas as taxas agora para quê? Para depois de ganharem as eleições – e caso isso acontecesse – voltarem a subi-las, ou para terem que viver com um Município endividado obrigado a recorrer aos fundos públicos para sobreviver, questionou. Haja responsabilidade, apelou o Sr. Presidente. O sinal dado por este ligeiro abaixamento no IMI é positivo mas não põe em causa a saúde financeira do Município, sentenciou.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** disse que começaria por responder às duas provocações feitas pelo Sr. Presidente ao Partido Socialista, dizendo que o PS está menos preocupado com as eleições e mais preocupado com o mau estar económico-financeiro das famílias. Todos os cortes que têm vindo a ser feitos são notórios no dia-a-dia das pessoas, afirmou, exemplificando com os benefícios fiscais no IRS. Ao Governo pouco importa se a família tem 1, 2, 4 ou 5 filhos, corta por igual a todos, criticou.

Neste contexto, e mantendo-se inalteradas as taxas de IMI, o que fazer se muitos conimbricenses deixarem de poder pagar?, questionou. Atendendo aos resultados do último relatório de contas, o PS julga que há margem para baixar mais do que o que é hoje proposto. Tendo em consideração que a CMC deveria acompanhar as dificuldades dos municípios de Coimbra, dando sinais próprios através da redução das taxas do IMI, sem colocar em causa a estabilidade orçamental do Município, os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta de redução de aplicação da taxa de 0,7% para 0,675% e da taxa de 0,39% para 0,375%.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** disse que a grande questão está no exercício de perceber a quanto é que corresponde cada centésima, quanto poderá corresponder de facto na redução/alteração, qualquer que ela seja, daquilo que se vai apurar em termos reais de imposto. Porque se é verdade que, com a reavaliação, o IMI poderá baixar em

alguns casos, também é verdade que há situações conhecidas de pessoas que passaram para o dobro e para o triplo. Evidentemente que este é um ano atípico, visto que é agora que está a decorrer a avaliação, em simultâneo com a decisão política que se tem que tomar. O feedback que o Sr. Vereador tem tido, inclusive de técnicos da área, é que haverá agravamento muito significativo da taxa num número de casos muito considerável. Também neste aspeto somos um país atípico em relação aos outros da Europa. As pessoas adquiriram casas porque era mais barato que arrendá-las e sempre era um bem que ficava para a vida como integrante do seu património. Portanto, e numa altura destas, entende que era possível e desejável que a taxa baixasse mais do que é proposto.

Assim, e com base na informação n.º 47415, de 06/09/2012, do Diretor Municipal de Desenvolvimento Organizacional, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5690/2012 (10/09/2012):

- **Manter, para o ano de 2012, em 0,7% a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos não avaliados e baixar de 0,4% para 0,39% a taxa para os prédios urbanos avaliados nos termos do nº 1 alíneas b) e c) do CIMI;**
- **Majorar para o triplo a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos que se encontrem devolutos, nos termos do nº 3 do artigo 112º do CIMI;**
- **Minorar em 10% as taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis aplicáveis às áreas territoriais correspondentes às Freguesias de S. Bartolomeu, Almedina e outras cujos centros históricos venham a ser definidos até 31-12-2012, nos termos do nº 6 do artigo 112º do CIMI;**
- **Minorar em 10% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos arrendados em toda a área do Município, não acumulável com a atribuída no ponto anterior da presente deliberação, nos termos do nº 7 do artigo 112º do CIMI;**
- **Majorar em 20% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos degradados cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários, nos termos do nº 8 do artigo 112º do CIMI;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência e José Belo, votaram contra os Srs. Vereadores António Vilhena, João Pedro Trovão e Francisco Queirós.

Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

“Tendo o Partido Socialista, aquando da discussão e aprovação da taxa de IMI a liquidar em 2012, feito uma proposta de redução, uma vez que as receitas do imposto em causa têm estado a crescer, no concelho de Coimbra cerca de 10 % ao ano, o que por si representa um aumento real desta taxa, e considerando, também, que a reavaliação, em curso, do valor dos imóveis, provocará um aumento significativo das contribuições por parte dos proprietários o que, numa altura de grave crise financeira como a que se atravessa, cria grandes situações de constrangimento. O Partido Socialista entendeu renovar a proposta feita no ano transacto, com a redução da taxa a aplicar de IMI de 0,7% para 0,675% e da taxa de 0,40% para 0,375%, considerando que a Câmara Municipal de Coimbra deveria acompanhar as dificuldades dos seus municípios, dando sinais próprios através de uma redução mais significativa das taxas de IMI, sem colocar em causa a estabilidade orçamental do Município.

Não tendo sido considerada essa proposta, os Vereadores do PS votam contra a proposta apresentada pela maioria do executivo municipal.”

XIV.2. Alteração da geometria do cruzamento da Av. Urbano Duarte/Rua do Brasil/Ladeira do Seminário – solução final

O Sr. Vereador João Pedro Trovão disse que, não tendo nada contra a solução proposta, analisando as plantas do cruzamento é notória a falta de passadeiras na Av. Urbano Duarte, tanto junto ao Colégio Rainha Santa como aquando da inversão de marcha ora facultada a quem vem da rotunda da Boavista. Deixou ainda a sugestão de que, na via mais à esquerda, se arranjar um método para que as viaturas abrandassem, que poderia passar por uma sobrelevação.

O Sr. Vereador Paulo Leitão disse que pode ler-se no seu próprio despacho, aposto na informação em análise, a sugestão aos serviços de estudarem a alteração da localização dos semáforos, de forma a otimizar a distância da passadeira na Av. Urbano Duarte e resolver a questão do excesso de velocidade, podendo acoplar-se até um sensor de velocidade. Há sensivelmente 2 meses o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco referiu-se às distâncias percorridas por quem reside na sua urbanização para encontrar uma passadeira. Assim, o que sugeriu aos serviços foi o estudo dessa passadeira semaforizada, que pode estar mais a meio da avenida, permitindo ainda o controlo de velocidade.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** disse que se referira à velocidade ao cimo da avenida e não no meio, com passeadeiras com crianças a atravessar e veículos a alta velocidade. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que aceitava a sugestão e que ia recomendar aos serviços que, em vez do cruzamento sobrelevado, estudem a redução da largura da via, que é a melhor forma de obrigar os automobilistas a reduzir a velocidade.

O Sr. **Presidente** disse que o Executivo tomaria, então, conhecimento desta solução de alteração da geometria do cruzamento da Av. Urbano Duarte/Rua do Brasil/Ladeira do Seminário e que se deveriam ter em conta as sugestões ora apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Leitão e João Pedro Trovão.

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 30917, de 31-08-2012, da Divisão de Mobilidade, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5691/2012 (10/09/2012):

- **Tomado conhecimento da solução final a implementar no âmbito da alteração da geometria do cruzamento da Av. Urbano Duarte/Rua do Brasil/Ladeira do Seminário, bem como das sugestões apresentadas pelos Srs. Vereadores e que serão equacionadas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.3. Projeto AIPEC – Acompanhamento Individualizado do Percorso Escolar das Crianças do Planalto do Ingote – acordo de cooperação

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação n.º 27346, de 23-07-2012, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5692/2012 (10/09/2012):

- **Celebrar um Acordo de Cooperação com as entidades que compõem o Projeto “AIPEC – Acompanhamento Individualizado do Percorso Escolar das Crianças Sinalizadas” para a área geográfica do Planalto do Ingote, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir à ordem do dia, apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Clube Fluvial de Coimbra – isenção de taxas

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 30740, de 30-08-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5693/2012 (10/09/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 07-09-2012, que autorizou o apoio ao Clube Fluvial de Coimbra na organização do Campeonato Regional dos Torneios Abertos, no passado dia 9 de setembro, através da cedência de uma ambulância e barco da Companhia de Bombeiros Sapadores, entre as 12h e as 19h, com isenção de taxas que ascenderiam a €159,90.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. Secção de Rugby da AAC – coorganização de torneio de veteranos

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 31527, de 05-09-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5694/2012 (10/09/2012):

- **Coorganizar, conjuntamente com a Secção de Rugby da AAC, o Torneio de Veteranos de Rugby/Memorial Zé Varandas, a realizar-se entre os dias 14 e 16 de setembro, nomeadamente através de:**
 - Jantar no dia 14 de setembro nos Claustros da Igreja de Santa Cruz para 150 pessoas;
 - Criação de imagem e elaboração de 30 mupis;
 - Elaboração de 200 t-shirts alusivas ao torneio para oferta a todos os participantes

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Este assunto foi tratado a seguir ao Ponto V, como então se fez referência.

E sendo dezoito horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 8/10/2012 e assinada pelo Sr. Presidente e por Ana Paula Albuquerque, Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos e Serviços Municipais.
